

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

HERBERT GONDIM DA SILVA

**APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DO SADEAM PELA EQUIPE GESTORA DE
UMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL DO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL
DO AMAZONAS**

JUIZ DE FORA
2015

HERBERT GONDIM DA SILVA

**APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DO SADEAM PELA EQUIPE GESTORA DE
UMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL DO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL
DO AMAZONAS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientadora: Prof(a). Dr(a). Elisabeth Gonçalves de Souza

JUIZ DE FORA

2015

HERBERT GONDIM DA SILVA

**APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DO SADEAM PELA EQUIPE GESTORA DE
UMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL DO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL
DO AMAZONAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em:

Prof(a). Dr(a). Elisabeth Gonçalves de Souza (Orientadora)

Prof(a). Dr(a). Rosângela Veiga Júlio Ferreira
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Profº. Dr. Márcio da Costa
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

A todos familiares e amigos que me apoiaram e incentivaram desde o início do curso ao longo desta jornada, dando força para concluir esse desafio, especialmente a minha esposa Karina Souza e meu filho Pedro José, razões de minha alegria e fonte de perseverança.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, que me iluminou e me deu forças para a conclusão desta jornada.

Ao meu pai, José Luís Carmelo da Silva (*in memoriam*) que, mesmo não estando fisicamente presente nesta conquista, serviu-me de inspiração e força ao longo dessa trajetória.

À minha mãe, Marlene Gondim da Silva, por sua fé inabalável, seu amor e suas incansáveis orações em prol do sucesso desta empreitada.

À minha orientadora, Profa. Dra. Elisabeth Gonçalves de Souza, pela honra da aprovação deste trabalho para defesa.

Às minhas tutoras, Amélia Thamer e Luisa Vilardi, pelas orientações esclarecedoras e pela paciência e compreensão diante das dificuldades enfrentadas.

Aos meus amigos e colegas de trabalho, especialmente os do mestrado, que me deram apoio e incentivo para que eu pudesse continuar a me dedicar aos estudos.

Aos meus queridos irmãos, Laize, Lourenzzo, Alysson e Laiziene, que sempre me apoiaram, torceram e se fizeram presentes em minha vida nos momentos adversos.

Aos entrevistados, que a despeito de suas inúmeras atribuições, concordaram em contribuir com esta pesquisa.

A minha esposa, Karina Souza da Silveira Gondim, que me deu apoio para tornar possível esta importante conquista profissional.

Avaliar é um processo que pode ter como integrante o levantamento sistemático de informações dos alunos em testes padronizados, mas não se esgota nele. A análise dos dados obtidos, a produção de juízos de valor sobre eles e a utilização dos resultados alcançados na proposição e direcionamento de ações são etapas indissociáveis do ato de avaliar (MACHADO, 2012, p. 71).

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar como a equipe gestora de uma Escola de Educação de Tempo Integral do ensino médio, se utiliza e se apropria dos resultados das avaliações do Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM) como instrumento para auxiliar e qualificar suas práticas pedagógicas e de gestão no contexto escolar. A pesquisa foi realizada no Centro de Educação de Tempo Integral (CETI ZN) localizado na cidade de Manaus, pertencente à Coordenadoria Distrital de Educação 07 (CDE 07), tendo como referência o desempenho discente apresentado em Geografia no período de 2012 a 2014. Assim, a escolha pelo tema justifica-se pela necessidade da instituição em melhorar o nível de desempenho dos alunos nas avaliações externas. A metodologia do trabalho foi desenvolvida por meio de pesquisa qualitativa, com a realização de entrevistas com roteiros semiestruturados com o gestor escolar e o apoio pedagógico, membros da equipe gestora do CETI ZN. Quanto à fundamentação teórica utilizada na pesquisa, buscamos contribuições de autores que evidenciam a necessidade de a escola se apropriar dos resultados das avaliações em larga escala como ferramenta de apoio às práticas pedagógicas. Além disso, a realização de análise de documentos da própria escola como também dados oficiais disponibilizados pela Secretaria Estadual de Educação e Qualidade de Ensino (SEDUC-AM) e pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), responsável pela sistematização e divulgação dos resultados das avaliações do SADEAM. A partir da análise dos dados e informações é proposto um Plano de Ação Educacional (PAE) voltado para o aprimoramento dos processos de apropriação do SADEAM pela equipe gestora, com o propósito de contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes na avaliação externa promovida pelo estado.

Palavras-Chave: SADEAM; Apropriação de Resultados; Geografia.

ABSTRACT

The current study has the main objective to examine how the board of Management Team of a Full-Time Education High School, uses and appropriates the appraisal results of the Evaluation System of the Amazon Educational Performance (SADEAM) as a tool to assist and qualify their management and teaching practices in the school context. The survey was conducted in Full Time Education Center (CETI ZN) located in Manaus, belonging to the District Coordination 07 Education (CDE 07), with reference to student performance presented in Geography in the período of 2012 through 2014. Thus, the choice of the subject is justified by the desire of the institution to improve the performance level of students in external evaluations. The methodology of work was developed through qualitative research, by carrying out semi-structured interviews with the school management and pedagogical support, members of the management team of the CETI ZN. As for the theoretical framework used in the research, we seek contributions from authors highlight the needs for the school to appropriate the results of large-scale assessments as tools pedagogical practices. In addition, the realization of the school's own analysis of documents as well as official data released by the State Secretariat for Education and Teaching Quality (SEDUC-AM) and the Center for Public Policy and Education Assessment (CAEd), the Federal University of Juiz de Fora (MG), responsible for systematizing and disseminating the results of SADEAM ratings. As of the analysis of data and information is offered an Educational Action Plan (PAE) in charge of the improvement of the processes of appropriation that belong to SADEAM by the management team with the aim of contributing to improving the academic performance of students in external evaluation promoted by state .

Keywords: SADEAM; Appropriation of results; Geography.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Resultado do CETI ZN da 3ª série do ensino médio em Geografia (2014)	
.....	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Estrutura Curricular do Ensino Fundamental de 9 anos das Escolas da Rede Estadual de Educação em Tempo Integral do Estado do Amazonas a partir de 2011	37
Quadro 2- Estrutura Curricular do ensino médio das escolas da Rede Estadual de Educação em Tempo Integral do Estado do Amazonas a partir de 2011	38
Quadro 3- Intervalos e Padrões de Desempenho da Escala de Proficiência em Geografia na 3ª série do Ensino Médio	87
Quadro 4- Síntese das ações a serem desenvolvidas para a implementação do Plano de Ação Educacional (PAE)	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Rendimento Escolar e quantidade de turmas e alunos da 1ª, 2ª e 3ª série do ensino médio do CETI ZN no período de 2012 a 2014	43
Tabela 2- Proficiência Média, Padrões de Desempenho e Percentual de Participação no SADEAM em Geografia da 1ª e 3ª Série do EM do CETI ZN (2012 e 2014)	45
Tabela 3- Percentual de alunos por Padrão de Desempenho no SADEAM na disciplina de Geografia da 1ª e 3ª Série do EM do CETI ZN (2012 e 2014)	46

LISTA DE ABREVIATURAS

AM	Amazonas
BA	Bahia
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CDE	Coordenadoria Distrital de Educação
CEB	Câmara de Educação Básica
CEE	Conselho Estadual de Educação
CESPE	Centro de Seleção e de Promoção de Eventos
CECR	Centro de Educação Carneiro Ribeiro
CETI	Centro de Educação de Tempo Integral
CIEP	Centro Integrado de Educação Pública
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
DEPPE	Departamento de Políticas de Programas Educacionais
EETI	Escolas de Educação em Tempo Integral
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GSE	Gabinete do Secretário
HTP	Hora de Trabalho Pedagógico
IDEAM	Índice de Desenvolvimento da Educação do Amazonas
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
PEE	Plano Estadual de Educação do Amazonas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROGESTÃO	Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares
PSC	Processo Seletivo Contínuo

PSS	Processo Seletivo Simplificado
SADEAM	Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino
SIGEAM	Sistema Integrado de Gestão Educacional
SIS	Sistema de Ingresso Seriado
TRI	Teoria de Resposta ao Item
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UnB	Universidade de Brasília
UEA	Universidade Estadual do Amazonas
ZN	Zona Norte

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
I. O SADEAM E A GESTÃO DOS RESULTADOS NA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	18
1.1 Antecedentes históricos à criação da avaliação externa no Amazonas	18
1.2 O SADEAM e sua implementação na rede pública estadual de ensino	21
1.3 Panorama da Secretaria de Estado da Educação e qualidade do ensino (SEDUC/AM)	26
1.4 Caracterização da Coordenadoria Distrital de Educação 7 (cde 7)	28
1.5 Breve retrospecto histórico e legal da educação em tempo integral no Brasil	30
1.6 A criação do Projeto Escola de Tempo Integral na rede estadual do Amazonas	34
1.6.1 O contexto de criação da escola pesquisada: centro de educação em tempo integral (CETI ZN)	40
1.6.2 O CETI ZN e o desempenho no SADEAM	42
II. UTILIZAÇÃO E APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DO SADEAM A PARTIR DO REFERENCIAL TEÓRICO DE ESTUDIOSOS DA EDUCAÇÃO.	49
2.1 Pressupostos teóricos sobre a apropriação dos resultados das avaliações externas	50
2.2 O instrumento de pesquisa utilizado - entrevista semiestruturada	57
2.3 Ações e estratégias realizadas pela equipe gestora para utilização e apropriação das avaliações do SADEAM	60
2.4 Organização do tempo e planejamento escolar	68
2.5 Dificuldades e desafios quanto a utilização e apropriação das avaliações externas no contexto escolar	72
III. PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL (PAE): PROPOSTA DE APRIMORAMENTO PARA A APROPRIAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DO SADEAM À ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL	77
3.1 Descrição da proposta de ação para apropriação e análise das avaliações do SADEAM pela equipe gestora	80
REFERÊNCIAS	93

INTRODUÇÃO

Ao considerar a importância que as avaliações em larga escala vêm adquirindo nas últimas décadas no país, torna-se necessária uma compreensão minuciosa e planejada sobre a utilização e apropriação de seus resultados. Sobre a importância de aprofundar o debate em torno das avaliações externas e da apropriação de resultados pelas instituições de ensino, Silva e Gimenes (2012) afirmam ser relevante aprofundar o conhecimento e o debate em relação ao que acontece na escola com a chegada dos resultados assim como verificar quais ações estão sendo realizadas a partir das avaliações externas. Mais ainda se compreendermos essas avaliações também como um importante recurso pedagógico que pode auxiliar e qualificar diretamente o trabalho pedagógico no contexto escolar.

Assim, percebemos a necessidade de analisar e conhecer ações de gestão que busquem incentivar e apoiar a comunidade escolar no que se refere ao entendimento acerca da importância do uso das avaliações externas em larga escala como uma das estratégias para melhoria da qualidade da educação ofertada na rede pública de ensino.

É importante entender que a melhoria do ensino-aprendizagem acontece, sobretudo, no ambiente escolar. São nesses espaços que se desenvolvem práticas pedagógicas que podem contribuir para a melhoria do desempenho dos alunos por meio de um trabalho coletivo envolvendo os principais atores do processo educativo como gestores, pedagogos e professores.

Para assegurar a realização de práticas pedagógicas eficazes, os profissionais da educação devem se apoiar em dados e informações para qualificar suas ações. Neste sentido, a apropriação dos resultados das avaliações do Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM) torna-se uma fonte de dados fundamental para subsidiar a implementação de medidas que visam à melhoria do desempenho tanto da escola quanto do aluno de forma individualizada.

Compreender, no cotidiano escolar, como gestores, pedagogos e professores utilizam e se apropriam dos dados referentes às avaliações externas como um subsídio para desenvolver práticas pedagógicas capazes de modificar a

realidade escolar representa uma práxis educativa inovadora na busca pela melhoria da qualidade educacional.

Nesse sentido, o presente trabalho visa investigar como a equipe gestora se apropria dos resultados do SADEAM utilizando-os como recurso para auxiliar e qualificar suas práticas pedagógicas e de gestão em uma escola de educação em tempo integral do Ensino Médio, da Rede Pública Estadual do Amazonas, pertencente à Coordenadoria Distrital de Educação 7 (CDE 7), localizada na cidade de Manaus.

Essa investigação justifica-se pelo fato de que qualificar os usos dos resultados das avaliações externas simplesmente como instrumentos ou políticas de gestão no âmbito do processo decisório das Secretarias de Educação parece não abranger em profundidade outras formas de utilização dessas avaliações e seus resultados, sobretudo quando praticadas no cotidiano escolar (SILVA, 2013).

Diante da importância, cada vez maior, de se compreender como as escolas estão utilizando e se apropriando dos resultados das avaliações externas, com o propósito de qualificar suas ações e melhorar a qualidade de ensino ofertada, a proposta do presente trabalho é analisar como a equipe gestora do Centro de Educação em Tempo Integral (CETI), que nesta pesquisa recebe o nome de CETI ZN¹, sob a jurisdição da CDE 7, se utiliza e se apropria dos resultados nas avaliações do SADEAM como instrumento para subsidiar suas práticas pedagógicas e de gestão, tendo como referência o desempenho apresentado na disciplina de Geografia, no Ensino Médio, no período de 2012 a 2014.

Para tanto, temos como objetivos específicos: i) descrever a proposta pedagógica da escola de tempo integral e seus resultados no SADEAM em Geografia no período de 2012 a 2014; ii) analisar como a equipe gestora se utiliza e se apropria dos resultados da avaliação externa estadual à luz do referencial teórico; e, por fim iii) propor um plano de ação educacional tendo em vista os dados coletados e analisados.

Nesse intento, a pesquisa possui como locus de estudo o Centro de Educação de Tempo Integral (CETI), localizado na cidade de Manaus, pertencente à Coordenadoria Distrital de Educação 07 (CDE 07). O critério utilizado para tal

¹ Nome fictício dado à escola de tempo integral por estar situada na Zona Norte (ZN) da cidade de Manaus (AM).

escolha foi o nível de desempenho apresentado pela escola nas avaliações do SADEAM, em Geografia, no ensino médio, no período de 2012 a 2014.

É importante destacar que o interesse pela pesquisa está relacionado à minha trajetória profissional, com formação em licenciatura plena em Geografia, Especialização em Gestão Escolar e professor efetivo da Rede Pública Estadual de Ensino do Amazonas desde o ano de 2005.

Desse modo, a escolha pela disciplina de Geografia, utilizada como referência para apresentar o desempenho dos alunos nas avaliações do SADEAM, se deu, primeiramente, em função de ser a minha área de formação. Em segundo lugar, as pesquisas sobre as avaliações externas priorizarem mais as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, tendo em vista, que os sistemas de avaliação externa cobram essas disciplinas em suas avaliações. Com isso, torna-se oportuno utilizar como referência para trabalho o desempenho nas avaliações do SADEAM em Geografia, para mostrar que, assim como nas demais disciplinas, existem avanços como também retrocessos em termos de desempenho dos alunos nos referidos exames.

Em relação ao interesse em analisar as formas de uso e apropriação da avaliações externas pela equipe gestora, isso se dá, também, pois, no ano de 2007, participei do Programa de Capacitação à Distância para Gestores Escolares (PROGESTÃO), cujo objetivo é a formação de lideranças escolares comprometidas com a construção de um Projeto de Gestão Democrática da escola pública, focada no sucesso escolar dos alunos.

No ano seguinte, iniciei o curso de especialização em Gestão Escolar pela Universidade Estadual do Amazonas (UEA). Como trabalho final de curso apresentei o artigo intitulado “A Função do Gestor Escolar na Construção Coletiva do Projeto Político-Pedagógico”. Tal formação oportunizou uma reflexão crítica e teórica sobre a importância da atuação da gestão escolar nas ações pedagógicas relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem no âmbito escolar. Assim, minha trajetória profissional contribuiu para o interesse sobre os temas ligados à educação, mais precisamente aqueles voltados à gestão escolar, como o que estamos estudando neste trabalho.

Com vistas a discutir a questão proposta nesta dissertação, apresentamos no primeiro capítulo os antecedentes históricos à criação do SADEAM e sua implantação na rede pública estadual de ensino. Em seguida, realizamos um

panorama geral da SEDUC-AM, bem como a caracterização da CDE 7, a qual a escola pesquisada pertence. E finalmente, o contexto de criação da escola selecionada para o estudo, apresentando uma retrospectiva histórica e legal da educação em tempo integral no Brasil e a descrição do Projeto Escola de Tempo Integral na Rede Estadual do Amazonas, encerrando com a criação do CETI e seu desempenho na avaliação externa promovida pelo estado.

No segundo capítulo, apresentamos as teorias que fundamentaram os processos desenvolvidos pela escola, que estão relacionados à utilização e apropriação dos resultados das avaliações externas como ferramenta da gestão pedagógica, a partir do posicionamento de autores como Becker (2012), Bonamino e Souza (2012), Brooke e Cunha (2011), Silva (2013), Machado (2012), Machado e Alavarse (2014), Soligo (2010), Souza (2007); Sousa e Oliveira (2010), Vianna (2003). Tais teorias serviram, também, para analisar os dados referentes à pesquisa de campo, o que permitiu compreender como se dá a apropriação dos resultados nas avaliações do SADEAM pela equipe gestora tendo como referência o desempenho apresentado pelos alunos do ensino médio na disciplina de Geografia, no período de 2012 a 2014.

O terceiro capítulo consiste na proposição de um Plano de Ação Educacional (PAE) voltado para o aprimoramento dos processos de apropriação do SADEAM na escola, tendo em vista os achados de pesquisa.

I. O SADEAM E A GESTÃO DOS RESULTADOS NA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Neste capítulo, descreveremos o caso de gestão desta pesquisa, cujo objetivo é analisar como a equipe gestora de uma escola de educação em tempo integral no ensino médio utiliza e se apropria dos resultados do SADEAM, tendo como referência a disciplina de Geografia, no período de 2012 a 2014.

Inicialmente, apontamos os aspectos relacionados aos antecedentes históricos da avaliação externa do Amazonas a partir da criação, na década de 1990, do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), cujo objetivo principal é contribuir com a qualidade de ensino no Brasil, oferecendo subsídios para formulação de políticas públicas para Educação Básica.

Em seguida, discorremos sobre o sistema de avaliação estadual - o SADEAM - e sua implementação na Rede Pública Estadual de Ensino, além do panorama geral da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC/AM) e a descrição da Coordenadoria Distrital de Educação 7 (CDE 7), a qual a escola pesquisada pertence.

Por fim, apresentamos a escola pesquisada, o Centro de Educação em Tempo Integral (CETI ZN) e o seu desempenho nas avaliações do SADEAM na disciplina de Geografia, bem como a descrição e implantação do Projeto Escola de Tempo Integral na Rede Pública Estadual de Ensino do Amazonas.

1.1 Antecedentes históricos à criação da avaliação externa no Amazonas

Segundo Oliveira e Rocha (2007), a avaliação em larga escala como política pública educacional começou no início da década de 1980, através de estudos sobre Avaliação Educacional desenvolvidos pelo Ministério da Educação (MEC), mediante incentivos de organismos ou agências financiadoras internacionais, considerados impulsionadores externos das reformas educacionais. Nesta perspectiva, foram lançados os pressupostos para a elaboração de um sistema nacional de avaliação que visasse avaliar e monitorar a educação no país, com vistas a apontar eventuais lacunas do sistema educacional.

Neste contexto, foi implantado, em 1990, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) - autarquia do Ministério da Educação - o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), configurando-se como um importante sistema de avaliação da educação básica com o objetivo principal de contribuir para a melhoria da qualidade da educação brasileira, bem como com a universalização do acesso à escola, oferecendo subsídios para formulação de políticas públicas para educação básica. Este sistema teve seu início no final da década de 1980 e constitui-se hoje no principal sistema de avaliação diagnóstica da educação básica brasileira (FERNANDES; GREMAUD, 2009).

Ao reafirmar a consolidação do SAEB na década de 1990, Esquinsani (2012) observa que,

herdeiro dos movimentos e demandas da década de 1980, o Sistema de Avaliação da Educação Básica consolida, a partir dos anos 1990, uma tendência de regulação estatal da educação, justificada em grande medida pela falta de subsídios mensuráveis para discussões de fôlego sobre a educação nacional (ESQUINSANI, 2012, p. 13).

Vale ressaltar que o atual estágio da avaliação da educação básica no Brasil se caracteriza pelas mudanças recentes introduzidas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), responsável por expandir o papel da avaliação em larga escala, ultrapassando o tradicional objetivo de diagnóstico dos sistemas educacionais, para se tornar um dos pilares da política educacional do Ministério da Educação (MEC). Tais mudanças ocorrem a partir de três principais inovações, segundo Fernandes e Gremaud (2009), a saber: i) a incorporação dos objetivos do *accountability*²; ii) a criação de um indicador sintético da qualidade da educação básica, que considera tanto o desempenho dos estudantes em exames padronizados quanto a progressão desses alunos e; iii) a definição de metas tanto para o país quanto para o sistema e escola.

O fato é que o SAEB, além de servir de base para a implantação dos sistemas estaduais de avaliação de desempenho discente, no Brasil, possibilitou a realização de um diagnóstico nacional com o propósito de orientar as políticas educacionais do governo federal para o ensino básico em sintonia com as administrações estaduais e municipais. Com isso,

os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB – permitiram as secretarias municipais e estaduais, bem como aos gestores

² O termo *accountability* tem sido traduzido como transparência, responsabilização, prestação de contas e outras (FERNANDES; GREMAUD, 2009).

escolares, acompanhar o ensino ministrado nas escolas, favorecendo, com isso, a definição de ações voltadas para a correção das distorções identificadas e para o aperfeiçoamento das práticas educativas (COSTA, 2012, p. 105).

Com o monitoramento e acompanhamento do ensino ministrado nas escolas, os órgãos da administração central, mantenedores do sistema educacional, teriam a possibilidade de construir ações direcionadas para sanar as distorções e debilidades diagnosticadas, além de direcionar com maior eficiência e eficácia, para áreas de maior necessidade, os recursos técnicos e financeiros, com intuito de melhorar a qualidade de ensino. A avaliação tanto fornece elementos para a reflexão sobre o trabalho pedagógico e a execução de ações que incidam sobre problemas detectados, como pode selecionar, certificar ou responsabilizar (BLASIS, 2013, p. 255).

Com isso, a melhoria da qualidade de ensino passa a ser mais que um desafio, é um compromisso entre União, Estados e Municípios, como também de toda a sociedade pela aprendizagem discente. A avaliação educacional se torna peça chave como instrumento de acompanhamento e monitoramento para melhoria dessa qualidade.

Com o propósito de atender ao Decreto nº 6.094, promulgado em 2007 (BRASIL, 2007b), que implementou o “Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação”, na qual foram estabelecidas 28 diretrizes a serem cumpridas para melhorar a qualidade da educação básica no país, além da necessidade de melhorar o desempenho dos alunos nas avaliações em larga escala no âmbito nacional. Para tanto, foi implementado, em 2008, pela Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC/AM), o Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM).

Na próxima seção será apresentado o processo de implementação do SADEAM na Rede Pública Estadual de Ensino, bem como as principais características desse sistema estadual de avaliação externa.

1.2 O SADEAM e sua implementação na rede pública estadual de ensino

Ao Levar em conta os elementos e influências do contexto histórico da avaliação externa na esfera federal, bem como objetivando atender ao Decreto nº 6.094/2007 (BRASIL, 2007b), que dispõe sobre a implementação do “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, pela União Federal, em regime de colaboração com municípios, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica, foi que o Governo do Estado do Amazonas, juntamente com Secretaria de Educação do Amazonas (SEDUC-AM) criou, em 2008 o Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM). O SADEAM foi formalizado como política pública por meio da Portaria GSE nº 2636/2008, edição 31.437 de 26 de setembro de 2008 (AMAZONAS, 2008c).

O SADEAM foi implementado no intuito de realizar um diagnóstico anual da Rede Estadual de Ensino, com o objetivo de fomentar mudanças para a oferta de uma educação de qualidade, tendo como base os resultados da avaliação aferidas pelas escolas com relação às habilidades e competências desenvolvidas pelos alunos.

Inicialmente, a instituição responsável pela implementação e acompanhamento técnico do SADEAM foi o Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE), da Universidade de Brasília (UnB), que coordenou os trabalhos no estado até o ano de 2010. A partir de 2011, a instituição responsável pela execução e divulgação da avaliação do SADEAM no Amazonas é o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), de Minas Gerais (MG).

O SADEAM constitui-se como importante instrumento de diagnóstico, cujo objetivo é monitorar o sistema educacional, bem como subsidiar a gestão institucional no que se refere às definições de políticas educacionais para possíveis correções de distorções desse processo.

O Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM), criado em 2008 pelo Governo do Estado, via Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), é um destes imprescindíveis mecanismos que estão corroborando com a qualidade do ensino local e impulsionando nossa rede pública a buscar resultados cada vez mais satisfatórios, favorecendo o desenvolvimento pleno do alunado amazonense, razão de nossas ações. (AMAZONAS, 2013a).

Com esse propósito, o SADEAM foi implementado visando à realização do diagnóstico anual da Rede Estadual de Ensino, tendo como base os resultados apresentados pelas escolas através das competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, com o objetivo de fomentar mudanças em busca de uma educação de qualidade.

Ao avaliar o desempenho dos alunos atendidos pela Rede Pública Estadual de Ensino, o SADEAM reforça o compromisso com a melhoria da qualidade da educação do Estado, compartilhando os resultados com a sociedade. Dessa forma, convoca os principais atores da comunidade escolar (gestores, professores e funcionários), como também todos aqueles envolvidos com a educação, a participarem desse processo de mobilização pela melhoria da qualidade do ensino.

O SADEAM busca avaliar, por meio dos testes, o desempenho educacional dos alunos da Rede Pública Estadual de Ensino. Nos anos pares, as avaliações ocorrem nos 3º, 5º, 7º e 9º anos do ensino fundamental regular, 1ª e 3ª séries do ensino médio regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA) finalista dos anos iniciais (5º ano) e finais (9º ano) do ensino fundamental e finalistas do ensino médio (3ª série). Nos anos ímpares, em função da realização da Prova Brasil, não ocorrem as avaliações no 5º e 9º anos do ensino fundamental.

Os resultados de proficiência alcançados pelos alunos nas avaliações do SADEAM estão agrupados em Padrões de Desempenho definidos a partir de cortes numéricos que agrupam os níveis de proficiência, permitindo identificar o grau de desenvolvimento dos estudantes. Esses cortes dão origem a quatro Padrões de Desempenho – Abaixo do Básico, Básico, Proficiente e Avançado – identificados de acordo com sua respectiva caracterização:

ABAIXO DO BÁSICO

Neste Padrão de Desempenho, o aluno demonstra carência de aprendizagem do que é previsto para a sua etapa de escolaridade. Ele fica abaixo do esperado, na maioria das vezes, tanto no que diz respeito à compreensão do que é abordado, quanto na execução de tarefas e avaliações. Por isso, é necessária uma intervenção focada para que possa progredir em seu processo de aprendizagem.

BÁSICO

O aluno que se encontra neste Padrão de Desempenho demonstra ter aprendido o mínimo do que é proposto para o seu ano escolar. Neste nível ele já iniciou um processo de sistematização e domínio das habilidades consideradas básicas e essenciais ao período de escolarização em que se encontra.

PROFICIENTE

Neste Padrão de Desempenho, o aluno demonstra ter adquirido um conhecimento apropriado e substancial ao que é previsto para a sua etapa de escolaridade. Neste nível, ele domina um maior leque de habilidades, tanto no que diz respeito à quantidade, quanto à complexidade, as quais exigem um refinamento dos processos cognitivos nelas envolvidos.

AVANÇADO

O aluno que atingiu este Padrão de Desempenho revela ter desenvolvido habilidades mais sofisticadas e demonstra ter um aprendizado superior ao que é previsto para o seu ano escolar. O desempenho desse aluno nas tarefas e avaliações propostas supera o esperado e, ao ser estimulado, pode ir além das expectativas traçadas (AMAZONAS, 2013a).

Assim, os Padrões de Desempenho proporcionam uma interpretação pedagógica das habilidades desenvolvidas pelos estudantes entre os diferentes níveis que vão do mais baixo ao mais elevado. Através deles, é possível analisar os aspectos cognitivos que diferenciam o percentual de alunos localizados nos níveis mais elevados de desempenho daqueles que se encontram em níveis mais baixos. Por isso, é importante atentar-se para os alunos que estão nos Padrões mais baixos, pois são eles os mais vulneráveis à evasão e ao insucesso escolar (SADEAM, 2013).

Quanto à metodologia utilizada para avaliar os resultados de desempenho da educação, mais precisamente o desempenho dos alunos nos testes, o SADEAM utiliza a Teoria de Resposta ao Item (TRI), que por sua vez é:

Baseada em uma sofisticada modelagem estatística computacional, a TRI atribui ao desempenho do aluno uma proficiência, não uma nota, relacionada ao conhecimento do aluno das habilidades elencadas em uma Matriz de Referência, que dá origem ao teste. A TRI, para a atribuição da proficiência dos alunos, leva em conta as habilidades demonstradas por eles e o grau de dificuldades dos itens que compõe os testes (AMAZONAS, 2013a).

Dessa forma, o SADEAM utiliza a TRI para o cálculo da proficiência do aluno, que por sua vez, não depende exclusivamente do valor absoluto de acertos, mas sobretudo da dificuldade e da capacidade de discriminação das questões que o discente acertou e/ou errou. Isto é uma estratégia para evitar que o aluno que respondeu aleatoriamente tenha o mesmo resultado de outro que tenha respondido com base em suas habilidades. O modelo, dessa maneira, evita essa situação e gera um balanceamento de graus de dificuldades entre as questões que compõem os diferentes cadernos e as habilidades avaliadas em relação ao contexto escolar, além de permitir a comparação dos resultados dos alunos ao longo do tempo e entre diferentes escolas.

Outro elemento importante para ajudar a compreender e interpretar os resultados alcançados pelo aluno nas avaliações em larga escala é o conteúdo que se deseja avaliar. Essa definição é possível em função da construção de uma Matriz de Referência, que representa um recorte do currículo, apresentando as habilidades definidas para serem avaliadas.

No Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (BRASIL, 1997) publicados para o ensino fundamental, em 1997, e para o ensino médio, em 2000 (BRASIL, 2000), visam garantir que todos tenham acesso a habilidades consideradas essenciais para o exercício da cidadania. Portanto, cada ente federado, além da própria escola, tem autonomia para elaborar seu currículo desde que atenda a esses parâmetros.

As primeiras matrizes de referência para avaliação adotadas no Brasil, servindo inclusive de base para as avaliações realizadas pelos entes que possuem sistemas próprios de avaliação externa em larga escala, foram as apresentadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Neste sentido, foi criada uma Matriz de Referência para o SAEB tendo como base, além das habilidades presentes nas matrizes do SAEB, as presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais, na matriz de referência do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), na Proposta Curricular do Estado para o ensino fundamental e ensino médio. Além disso, foi realizada consulta aos professores regentes da Rede Estadual de Ensino.

Nas avaliações em larga escala, a Matriz de Referência representa os conteúdos que se deseja avaliar através de um conjunto de habilidades definidas:

A Matriz de Referência é formada por um conjunto de habilidades que tem como fonte as diretrizes curriculares do estado e é ela que dá suporte ao teste. As habilidades são selecionadas com bases em sua importância curricular, por serem consideradas essenciais para determinada etapa de escolaridade avaliada, e por sua adequação ao formato do teste, por serem passíveis de medição por testes padronizados de desempenho (AMAZONAS, 2013a).

Considerando a importância que a Matriz de Referência tem para a avaliação em larga escala, cabe reiterar que representa apenas um recorte ou uma parte do currículo com as habilidades definidas para serem avaliadas. Por isso, a Matriz de Referência não pode ser confundida com o currículo, muito menos ser utilizada como ferramenta para elaboração do conteúdo ministrado em sala de aula.

As habilidades selecionadas para a composição dos testes são escolhidas por serem consideradas essenciais para o período de escolaridade avaliado e por serem passíveis de medição por meio de testes padronizados de desempenho (AMAZONAS, 2013).

A Matriz de Referência do SADEAM está estruturada em Domínio/Tópico ou Tema, Item e Descritores. O Domínio/Tópico ou Tema agrupam por afinidade um conjunto de habilidades indicadas pelos descritores. O Item é uma questão utilizada nos testes de uma avaliação em larga escala e caracteriza-se por avaliar uma única habilidade indicada por um descritor na Matriz de Referência. Já os Descritores, associam o conteúdo curricular a operações cognitivas, indicando as habilidades que serão avaliadas por meio de um item.

Como parte integrante do SADEAM foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação do Amazonas (IDEAM), com o objetivo de possibilitar uma visão integrada do desenvolvimento educacional do estado orientando e subsidiando, de forma mais eficiente, seu sistema de gestão de ensino. O índice é resultado das notas obtidas pelos alunos nas avaliações do SADEAM, em Língua Portuguesa e Matemática para o ensino fundamental e Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias, para o ensino médio, além da taxa de rendimento escolar – aprovação, reprovação e abandono de cada escola.

O IDEAM é representado em uma escala de 0 a 10 e seu cálculo é feito a partir das taxas de aprovação obtidos no Censo Escolar e as médias de desempenho padronizadas na avaliação do SADEAM. A combinação desses fatores tem por finalidade equilibrar duas dimensões, quais sejam: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema; se, ao contrário, as escolas apressarem a aprovação sem qualidade do aluno – progressão automática – o desempenho nas provas também indicará a necessidade de melhoria do sistema. Dessa forma, o IDEAM procura assimilar o enfoque pedagógico dos resultados das avaliações à possibilidade de resultados mais coesos, que permitem traçar metas de qualidade educacional para as escolas.

É importante destacar que, desde que o SADEAM foi criado, a Secretaria Estadual de Educação vem desenvolvendo ações no sentido de estimular os atores escolares para a compreensão e análise dos dados, bem como a utilização dos seus resultados no contexto escolar. Entre as principais medidas estabelecidas

pela SEDUC-AM estão: i) instituição da política de bonificação³ que assegura o pagamento de premiações em dinheiro diretamente às escolas, como também aos sujeitos envolvidos no processo educativo (professores e demais profissionais da educação) através do pagamento de décimo-quarto, décimo-quinto e décimo-sexto salários, de acordo com os resultados alcançados nas avaliações estaduais; ii) realização de encontro anual de gestores escolares, coordenadores distritais e regionais; iii) realização de formação por meio de oficinas sobre interpretação e apropriação dos resultados do SADEAM; iv) investimentos na divulgação dos resultados e na produção e distribuição de materiais; v) criação do ambiente virtual⁴ com o objetivo de disponibilizar informações e dados sobre o SADEAM.

Para uma melhor compreensão da estrutura organizacional e funcional da SEDUC-AM será apresentado a seguir um panorama geral descrevendo as principais informações relacionadas à Secretaria de Educação.

1.3 Panorama da Secretaria de Estado da Educação e qualidade do ensino (SEDUC/AM)

A Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC/AM) foi criada pela Lei nº 1.596, de 05 de janeiro de 1946 (AMAZONAS, 1946), com denominação de Diretoria Geral do Departamento de Educação e Cultura. Com a Lei nº 12, de 09 de maio de 1953, sofreu a primeira alteração em sua nomenclatura, recebendo o nome de Secretaria de Educação, Cultura e Saúde (AMAZONAS, 1953a). Ainda, no mesmo ano, com a Lei nº 65, de 21 de julho de 1953, recebeu a

³ Através da Lei nº 3.279 de 22 de julho de 2008 (AMAZONAS, 2008b), o governo do estado criou o “Fundo Estadual” e o “Programa de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica” concedendo, por meio do pagamento de prêmios como o 14º e 15º salário, aos gestores, pedagogos, professores e demais servidores da escola que atingirem as metas estabelecidas pela Secretaria de Educação. No mesmo ano, por meio do Decreto nº 28.164, de 17 de dezembro (AMAZONAS, 2008c) foi regulamentado o “Prêmio de Incentivo ao Cumprimento da Educação Básica” e o “Prêmio Escola de Valor”. Em 2011, através do Decreto nº 31.487, de 2 de agosto (AMAZONAS, 2011c), a legislação foi modificada, aumentando os valores da premiação como também estendendo o prêmio às escolas, mesmo não alcançando as metas, mais que obtiveram os maiores crescimentos em termos absolutos. Assim, tanto a premiação criada em 2008 como sua ampliação em 2011, foi instituída com o propósito de incentivar as escolas a melhorarem seu desempenho nas avaliações externas do SADEAM.

⁴ O ambiente virtual, denominado Portal da Avaliação, foi desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC-AM) em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), com o objetivo de disponibilizar informações e dados sobre o Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM). Nele estão disponíveis além dos resultados da avaliação, as revistas do sistema de avaliação, da gestão escolar e pedagógica, além de matérias para realização de oficinas e formação continuada. Os dados, informações e materiais estão disponíveis no endereço eletrônico <<http://www.sadeam.caeduff.net/>>.

denominação de Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social (AMAZONAS, 1953b).

Após dois anos, sob a Lei nº 108, de 23 de dezembro de 1955, recebeu o nome de Secretaria de Educação e Cultura (AMAZONAS, 1955). Nova alteração só ocorreu 46 anos mais tarde, com a Lei nº 2.032, de 02 de maio de 1991, quando recebeu o nome de Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto (AMAZONAS, 1991). A denominação atual, de Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC/AM), veio com a Lei nº 2.600, de 04 de fevereiro de 2000 (AMAZONAS, 2000).

Entre as finalidades e competências da SEDUC/AM pode-se citar a formulação, a coordenação, o controle, a avaliação e a execução das políticas educacionais do Estado do Amazonas, zelando pelo cumprimento da legislação específica, mediante a execução de programas, ações e atividades relacionadas, como, por exemplo, a coordenação do processo de definição, implementação e manutenção de políticas públicas para a educação no estado.

Assim, para que essas competências sejam colocadas em prática, a SEDUC/AM também tem responsabilidade institucional na formulação, coordenação, controle, avaliação e a execução das políticas educacionais do estado do Amazonas, zelando pelo cumprimento da legislação específica, mediante a execução de programas, ações e atividades.

Em sua estrutura organizacional, a SEDUC/AM é dirigida pelo secretário de estado da educação do Amazonas, com o auxílio de um secretário executivo e de quatro secretários executivos adjuntos, responsáveis pela gestão dos diversos departamentos que compõem a secretaria de estado da educação do Amazonas.

Através do Decreto-Lei nº 3.642, de 26 de julho de 2011, a SEDUC/AM instituiu as Coordenadorias Distritais de Educação (CDEs), localizadas em Manaus e as Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) localizadas no interior do estado (AMAZONAS, 2011b). Tais coordenadorias constituem-se como importantes unidades integrantes da estrutura organizacional da SEDUC/AM e, de acordo com a referida lei, tem como competência:

Art. 4º. As unidades integrantes da estrutura organizacional da Secretaria de Estado e Qualidade de Ensino – SEDUC tem as seguintes competências, sem prejuízo de outras ações e atividades previstas no seu Regimento Interno:
[...]

XIII – COORDENADORIAS DISTRITAIS E REGIONAIS DE EDUCAÇÃO – coordenação, implementação, assessoramento e acompanhamento das ações desenvolvidas nas unidades escolares, a partir das diretrizes emanadas dos órgãos da Secretara, bem como representação e intermediação das demandas e propostas das escolas da rede estadual de ensino junto à Instituição; co-responsabilização no processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, Plano de Ação das Escolas e Implementação de Conselhos Escolares, Grêmios Estudantis, participação ativa nas ações referentes ao acesso escolar, lotação de pessoal, distribuição da carga horária, cumprimento do calendário escolar, alcance de metas referentes aos resultados educacionais, assim como no processo de avaliação da gestão escolar (AMAZONAS, 2011b, p. 2).

De acordo com o Censo Escolar de 2013, a Rede Pública Estadual de Ensino do Amazonas possui 585 escolas distribuídas nas zonas rural e urbana nos 62 municípios que compõem o Estado e estão subordinadas às CDEs da capital e às CREs do interior. O quadro docente e discente é constituído por 18.214 professores e cerca de 457.313 alunos na educação básica.

Entre a quantidade de escolas da educação básica pertencentes à Rede Estadual de Ensino do Amazonas sob a jurisdição das coordenadorias educacionais distritais (CDE) da capital e regionais (CRE) do interior, 41 são Escolas de Educação em Tempo Integral (EETI), isto é, são classificadas como escolas adaptadas para o funcionamento em tempo integral e 13 Centros de Educação em Tempo Integral (CETI), que são classificados como centro escolar padrão construído exclusivamente para o funcionamento em tempo integral.

Na próxima seção, será apresentada a caracterização da Coordenadoria Distrital de Educação 7 (CDE 7), a qual a unidade pesquisada pertence e que neste trabalho será chamado de Centro de Educação em Tempo Integral (CETI ZN), para manter o sigilo das informações divulgadas e preservar os entrevistados, conforme discorrido na nota 1.

1.4 Caracterização da Coordenadoria Distrital de Educação 7 (CDE 7)

A Coordenadoria Distrital de Educação 7 (CDE 7) é uma das sete unidades integrantes da estrutura organizacional da SEDUC/AM, localizadas no município de Manaus, capital do estado do Amazonas. Criada pelo Decreto-Lei nº 3.642 de 26 de julho de 2011 (AMAZONAS, 2011b), a CDE 7 teve suas atividades iniciadas em setembro de 2011, sendo a coordenadoria mais nova pertencente à Secretaria Estadual de Educação.

Seu surgimento se deu em função do crescimento acentuado da área de expansão da Zona Norte de Manaus, consequência da ocupação desordenada e da construção de conjuntos habitacionais, ocorridos na última década, ocasionando a migração de moradores e, como consequência, novas demandas sociais, dentre elas a necessidade de construção de novas escolas.

A equipe gestora da CDE 7 é composta por um coordenador distrital, um coordenador adjunto administrativo, um coordenador adjunto para o ensino fundamental I, um coordenador adjunto para o ensino fundamental II, um coordenador adjunto para o ensino médio, além dos coordenadores de suporte de recursos financeiros, de Educação Física e de programas e projetos.

Em sua estrutura de funcionamento, além da equipe gestora, a CDE 7 conta com 29 assessores de campo e 2.105 servidores, atendendo, na sua totalidade, a 34.929 alunos regularmente matriculados distribuídos nas 24 escolas e 1 anexo. A CDE 7 conta com 19 escolas regulares, 01 escola da Polícia Militar, 01 escola de Educação em Tempo Integral (EETI) e 03 Centros de Educação em Tempo Integral (CETI)⁵.

Entre as competências atribuídas à CDE 7, podemos destacar o acompanhamento das ações desenvolvidas pelas unidades escolares, a partir das diretrizes emanadas dos órgãos da SEDUC/AM, além do alcance de metas referentes aos resultados educacionais, assim como o processo de avaliação da gestão escolar. Tais atribuições são importantes, pois estão associadas à melhoria do desempenho acadêmico dos alunos por meio alcance de metas estabelecidas.

Neste contexto, que envolve competências e atribuições da coordenação quanto ao alcance de metas relacionados aos resultados educacionais, a CDE 7 tem a função não apenas de divulgar, mas de acompanhar e monitorar o desempenho dos estudantes nas avaliações do SADEAM. Tais informações são repassadas pela SEDUC/AM por meio da gerência de desempenho e estatística para que todas as escolas, sob sua jurisdição, tomem conhecimento e se apropriem dos resultados para que os alunos possam apresentar desempenho satisfatório nos exames.

⁵ As características e diferenças entre as escolas de educação em tempo integral, classificadas como EETI e CETI, serão abordadas na seção 1.6 que trata da criação do Projeto Escola de Tempo Integral na Rede Estadual do Amazonas.

Na seção seguinte, será apresentado um breve retrospecto histórico e legal da educação em tempo integral no Brasil na qual vem contribuindo para embasar ações e projetos voltados para a implementação da modalidade no país.

1.5 Breve retrospecto histórico e legal da educação em tempo integral no Brasil

O debate em torno da educação integral no Brasil teve início a partir da década de 1930. Educadores ligados ao Movimento Pioneiros da Educação Nova lançaram manifesto em que defendiam a democratização da educação básica, gratuita, laica e de tempo integral. Preconizavam uma educação integral que educa o homem em todas as suas possibilidades – física, intelectual, artística e para o trabalho - com o maior número de horas na escola, por meio da ampliação da jornada escolar. Defendiam, ainda, a escola única, com apenas um sistema de ensino indicando o fim das escolas particulares. O principal expoente, defensor da concepção de educação escolar integral e com jornada ampliada no país, era o educador Anísio Teixeira. Ancorado no pensamento do filósofo americano John Dewey, Teixeira defendia a proposta de educação que valorizasse as atividades do cotidiano, sintonizando a educação, a vida com a ampliação da jornada escolar em tempo e qualidade na então escola primária (AMARAL; ANDRADE; SANTOS, 2013).

A concepção de educação integral defendida por Anísio Teixeira atingiu seu ápice como experiência pioneira, que serviram inclusive como referência às experiências nacionais, com a criação do Centro de Educação Carneiro Ribeiro (CECR) em Salvador (BA), em 1952, também conhecido como Escola-Parque, cujo objetivo era oferecer uma educação integral, garantindo à criança alimentação, atividade esportiva e artística, higiene, maior socialização, além da preparação para o mundo do trabalho e de discussões permanentes sobre cidadania e cultura colaborativa. A experiência baiana é a primeira experiência de educação integral, de forma sistematizada, no Brasil.

Após o regime militar, considerado como um período de interrupção das experiências de educação integral no Brasil, ocorreu, a partir da década de 1980, no momento de redemocratização do país, a criação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) no Estado do Rio de Janeiro, durante o Governo de Leonel Brizola. Os CIEPs foram idealizados pelo sociólogo e vice-governador do

estado no período da implementação, Darcy Ribeiro, a partir da experiência do CECR, na Bahia. Durante os dois mandatos de Brizola, foram criados cerca de 500 escolas que respondiam a uma estrutura denominada “Escola Integral em horário integral”, que atendiam às crianças e aos adolescentes em turnos estendidos e buscavam oferecer, além das atividades pedagógicas tradicionais, outras possibilidades educativas, recreativas e culturais e amparo assistencial, como atenção básica à saúde e alimentação aos estudantes.

Assim, entre as experiências envolvendo as políticas de educação em tempo integral desenvolvidas no Brasil, esses dois modelos representam não apenas a inspiração para a implementação de programas voltados para a educação de tempo integral nos diversos estados, mas, fundamentalmente, constituem-se como marco histórico da educação brasileira no que se refere à busca pela melhoria da qualidade das escolas públicas.

Em se tratando do marco legal da educação em tempo integral, muito avançou-se nas últimas décadas, no Brasil, em termos de legislação para tornar a modalidade um direito de todos os cidadãos e contribuir para fundamentar ações e programas que contemplem todas as dimensões do sujeito no processo educativo. Assim, os marcos legais são fundamentais para embasar gestores públicos, unidades escolares e comunidade em geral nas experiências e projetos de implementação de políticas que contemplem a educação em tempo integral.

No que se refere aos dispositivos previstos em lei, considerados determinantes para impulsionar a concepção de políticas públicas voltadas para a educação de tempo integral, identificamos, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), a abertura para a implementação da Escola de Tempo Integral como indicativo para a melhoria da qualidade da educação no país, como também a sinalização da ampliação progressiva do tempo escolar e dos sistemas de ensino a responsabilidade para a implementação dessa política (AMARAL; ANDRADE; SANTOS, 2013).

A LDB, em seu art. 34, § 2º, determina que a jornada escolar no ensino fundamental inclua pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola e que o ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino. Além disso, o artigo 87, § 5º recomenda a conjugação de

esforços para a progressão das redes escolares urbanas de ensino fundamental para a modalidade de tempo integral.

A aprovação dos dois Planos Nacionais de Educação (PNE) do período pós-redemocratização do Estado brasileiro, representa um marco no fortalecimento de políticas voltadas para educação de tempo integral. O PNE (2001-2010) aprovado através da Lei nº 10.172/2001, de 9 de janeiro de 2001 (BRASIL, 2001), estabeleceu na meta 21, a expansão da escola de tempo integral e o período de pelo menos sete horas diárias para o ensino fundamental. No que se refere ao PNE (2014-2024), aprovado recentemente, através da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), estabelece na meta 6, percentuais para ampliação das escolas e matrículas de tempo integral e define a oferta de educação de tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas para atender a pelo menos 25% dos alunos da educação básica. Além dessa meta, o PNE também prevê na meta 1, estratégia 1.7, que trata da educação infantil, o estímulo a uma educação infantil em tempo integral para todas as crianças de até cinco anos, como já é estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2014).

A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) (BRASIL, 2006), criado pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 (BRASIL, 2007c) e pelo Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007 (BRASIL, 2007d), ampliou as possibilidades de oferta de Educação de Tempo Integral ao diferenciar os coeficientes de remuneração das matrículas, não apenas por modalidade e etapa da educação básica, mas também, pela ampliação da jornada escolar (SILVA; ANDRADE; SANTOS, 2013).

Considerando o valor aluno/ano por estado, o fundo é calculado com base na estimativa de receita do respectivo estado, levando-se em conta o número de alunos da educação básica das redes públicas de ensino estaduais e municipais, de acordo com Censo Escolar mais atualizado. Além disso, há, ainda, os fatores de ponderação estabelecidos no texto da lei para cada uma das etapas, modalidades e tipos de estabelecimentos de ensino da educação básica na qual destacamos para a educação de tempo integral: Creche pública e conveniada em tempo integral, Pré-Escola em tempo integral, ensino fundamental em tempo integral e ensino médio em tempo integral.

Portanto, o FUNDEB teve papel importante na implementação de políticas públicas para educação em tempo integral como também contribuiu para o avanço na legislação sobre o tema tratado. O fundo representou avanço, principalmente por associar a modalidade de ensino a todas as etapas da educação básica. Como afirma o artigo 4º, do Decreto nº 6.253/2007 (BRASIL, 2007d), que se considera educação básica em tempo integral a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total que um mesmo aluno permanece na escola ou em atividades escolares. Após a aprovação do decreto, foi aprovada, também, no dia 1º de julho de 2010, uma portaria prevendo financiamento para a implantação da educação integral.

Outra legislação importante que dentre outras contribuiu para o fortalecimento da educação em tempo integral no Brasil, é o Decreto nº. 6.094, de 25 de abril de 2007 (BRASIL, 2007b), que dispõe sobre a implantação do “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, o qual prevê que a União, em regime de colaboração com Estados, Municípios, Distrito Federal e participação das famílias e comunidades, suscitem uma grande mobilização social visando à melhoria da qualidade da educação básica.

Vale ressaltar que, entre as metas estabelecidas no referido Plano, identificadas no art. 2º, destaca-se a diretriz IV, que recomenda ao poder público combater a repetência, dadas as especificidades de cada rede, pela adoção de práticas como aulas de reforço no contraturno, estudos de recuperação e progressão parcial e a diretriz VII, que traça como meta, ampliar as possibilidades de permanência do educando sob responsabilidade da escola para além da jornada regular (BRASIL, 2007b).

Por fim, o “Programa Mais Educação” é considerado importante marco legal para a implementação de políticas públicas educacionais voltadas para fomentar a educação de tempo integral no país. Instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e pelo Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010 (BRASIL, 2010a), o programa constitui-se como uma das ações do Plano de Desenvolvimento em Educação (PDE), tendo como objetivo implementar a educação de tempo integral como política de Estado (BRASIL, 2012). Assim, o programa prevê a ampliação da educação em tempo integral, atuando como um indutor para agenda da educação integral nas escolas brasileiras.

A ampliação da jornada escolar nas escolas públicas ocorre por meio de atividades optativas que foram agrupadas em macrocampos, como, por exemplo, acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educomunicação⁶, educação científica e educação econômica. Atualmente, o Mais Educação configura-se como o principal programa do governo federal para implementação da educação em tempo integral na escola básica brasileira com foco na ampliação da jornada escolar e na reorganização curricular.

É importante destacar que o “Programa Mais Educação” foi apresentado nesta seção para contextualizar de forma geral a ampliação da jornada escolar nas escolas da rede pública do país. No entanto, a instituição de ensino pesquisada não possui o programa em função de ser gerida por proposta de educação em tempo integral voltada para as escolas da Rede Estadual do Amazonas que atendem à modalidade.

Na próxima seção, será apresentado o processo de criação e descrição do “Projeto Escola de Tempo Integral” na Rede Estadual do Amazonas, a fim de proporcionar um conhecimento específico acerca da modalidade no estado.

1.6 A criação do projeto escola de tempo integral na rede estadual do Amazonas

Diante dos avanços na legislação brasileira nas últimas décadas, que vem contribuindo para fundamentar as ações dos gestores públicos para tornar a educação em tempo integral um direito de todos a um ensino de qualidade, a Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino (SEDUC/AM), por meio do Departamento de Políticas de Programas Educacionais (DEPPE), e orientada pelas diretrizes do Ministério da Educação (MEC), adotou, na Rede Estadual de Ensino, as Escolas de Educação em Tempo Integral.

A política de educação em tempo integral no estado do Amazonas teve início em 2008, com a aprovação do “Projeto Escola de Tempo Integral”, pela

⁶ Conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos e produtos destinados a criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos, melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, desenvolver o espírito crítico dos usuários dos meios massivos, usar adequadamente os recursos da informação nas práticas educativas, e ampliar capacidade de expressão das pessoas (SOARES, 2002). Disponível em: <<http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/89.pdf>> Acesso em: 13 set. 2015.

Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino (SEDUC/AM), através da Resolução nº112/2008 de 20 de outubro de 2008, do Conselho Estadual de Educação (CEE/AM), a princípio, para o período de dois anos (AMAZONAS, 2008d). Na verdade, a aprovação da resolução serviu para referendar a implantação das escolas de tempo integral na Rede Pública Estadual, tendo em vista que, desde 2004, já haviam unidades funcionando para o atendimento dessa modalidade.

Em 2011, a política de Educação em Tempo Integral foi reformulada e ampliada em relação ao número de escolas para o atendimento em tempo integral. Por meio da Resolução nº 17, de 15 de março de 2011 (AMAZONAS, 2011a), do CEE/AM, foi aprovada a operacionalização do Projeto de Educação em Tempo Integral elaborado pela SEDUC/AM para todas as escolas da rede pública. O artigo 2º da referida Resolução autorizou o funcionamento do ensino fundamental e médio ofertado nas Escolas de Tempo Integral, por um período de cinco anos, de acordo com o ano de funcionamento de cada escola.

Vale ressaltar que, tanto na implantação da política de educação em tempo integral na Rede Pública Estadual do Amazonas, em 2008, como também na sua reformulação em 2011, foram aprovadas a proposta pedagógica e a matriz curricular específica para atender ao ensino em tempo integral.

As escolas de tempo integral da Rede Pública Estadual do Amazonas estão classificadas, quanto ao padrão arquitetônico, em Escolas de Educação em Tempo Integral (EETI) e Centros de Educação de Tempo Integral (CETI). As EETIs pertencem ao grupo de escolas do ensino regular que foram adaptadas para o funcionamento em tempo integral. As primeiras EETIs começaram a funcionar no ano de 2004. Os CETIs pertencem ao conjunto de escolas padronizadas, construídas exclusivamente para o funcionamento em tempo integral. Esse modelo de escola padrão é mais recente, os primeiros CETIs foram inaugurados em 2010.

Em 2015, a Rede Pública Estadual de Ensino do Amazonas possui um total de 54 escolas de tempo integral, localizadas na capital e no interior do estado. Desse total, 41 são EETI, sendo 22 localizadas na capital e 19 no interior. A quantidade de CETI na rede de ensino é inferior, com um total de 13 escolas, sendo 10 localizadas na capital e 3 no interior (AMAZONAS, 2015).

A Proposta Pedagógica das Escolas da Rede Estadual de Ensino de Educação em Tempo Integral tem por objetivo oferecer aos educandos uma formação em tempo integral capaz de construir competências e habilidades, de

acordo com as áreas de conhecimentos e saberes necessários à vida (AMAZONAS, 2011d). Além disso, garantir a melhoria do processo ensino-aprendizagem dos alunos elevando a 100% o índice de aprovação e a erradicação da evasão escolar. Tal proposta foi implementada em concordância com a legislação educacional, através do artigo 81 da LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996), da Lei nº 10.172/2001 (BRASIL, 2001), que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Lei nº 3.268/2008, que aprovou o Plano Estadual de Educação do Amazonas (PEE-AM) (AMAZONAS, 2008a).

A justificativa para a implementação das Escolas de Educação em Tempo Integral da Rede Estadual de Ensino ocorreu em função da necessidade de organização do ensino quanto à ampliação do espaço e tempo de aprendizagem, pois a natureza fundamental dessa proposta é a melhoria da aprendizagem do aluno. Ou seja, quanto mais tempo o estudante permanecer na escola, mais longa será a sua exposição a conteúdos didáticos que aprofundarão sua formação. Assim, os estudantes terão assistência integral em suas necessidades educacionais para o desenvolvimento do aprendizado escolar (AMAZONAS, 2011d).

Com o compromisso de melhorar o nível de aprendizagem dos alunos da Educação Básica, a SEDUC/AM assegurou a ampliação da jornada escolar através da educação de tempo integral, não apenas para o ensino fundamental, mas também para o ensino médio, consolidando as políticas públicas de crescimento dos índices de desenvolvimento da educação no Estado do Amazonas (AMAZONAS, 2011d).

A proposta curricular das Escolas de Tempo Integral da Rede Estadual de Ensino tem como base os componentes curriculares da Base Nacional Comum e da Parte Diversificada⁷. Os conteúdos dos componentes curriculares da Base Nacional Comum do ensino fundamental e do ensino médio estão relacionados às Propostas Curriculares elaborada pela Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas. (AMAZONAS, 2011d).

A Estrutura Curricular do ensino fundamental e do ensino médio das Escolas da Rede Estadual do Amazonas de Educação em Tempo Integral

⁷ Proposta Curricular de acordo com a Resolução CEB/CNE nº 2, de 7 de abril de 1998, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (BRASIL, 1998a). e Resolução CEB/CNE nº 3, de 26 de junho de 1998, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 1998b).

apresentam estrutura própria, diferente das demais escolas da Rede Estadual de Ensino, para atender à jornada escolar ampliada.

O Quadro 1 mostra a estrutura curricular do Ensino Fundamental de 9 anos que envolve do 1º ao 9º ano. Como podemos observar, a Base Nacional Comum está dividida em 3 áreas de conhecimento: Linguagem, Ciências Naturais e Matemática e Ciências Humanas e Sociais. Os componentes curriculares estão agrupados de acordo com suas respectivas áreas de conhecimento. Além da Base Nacional Comum, a estrutura curricular do ensino fundamental conta com a Parte Diversificada constituída pelo componente curricular Metodologia do estudo.

Quadro 1- Estrutura Curricular do Ensino Fundamental de 9 anos das escolas da rede estadual de educação em tempo integral do estado do Amazonas a partir de 2011

	Área do Conhecimento	Componente Curricular
Base Nacional Comum	Linguagem	Língua Portuguesa Arte Educação Física Língua Estrangeira Moderna: Inglês, Francês ou Espanhol
	Ciências Naturais e Matemática	Matemática Ciências
	Ciências Humanas e Sociais	História Geografia Ensino Religioso
	Parte Diversificada	Metodologia do Estudo

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Estrutura Curricular do Ensino Fundamental de 9 anos das Escolas Estaduais de Educação em Tempo Integral.

O Quadro 2, a seguir, mostra a estrutura curricular do ensino médio (1ª, 2ª e 3ª séries) das escolas de tempo integral, a partir do ano de 2011. Assim como a estrutura do ensino fundamental, a Base Nacional Comum está dividida em 3 áreas do conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; e Ciências Humanas e suas Tecnologias. Os componentes curriculares envolvem 13 disciplinas agrupadas de acordo com sua respectiva área de conhecimento. Além da Base Nacional Comum, a estrutura curricular do ensino médio conta também com a parte diversificada que é constituída pelo componente curricular denominado Metodologia do Estudo.

Quadro 2- Estrutura Curricular do ensino médio das Escolas da Rede Estadual de Educação em Tempo Integral do Estado do Amazonas a partir de 2011

Base Nacional Comum	Área do Conhecimento	Componente Curricular
	Linguagem, Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa Língua Inglesa Língua Espanhola Arte Educação Física
	Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	Matemática Física Química Biologia
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	História Geografia Sociologia Filosofia
Parte Diversificada		Metodologia do Estudo

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da Estrutura Curricular do Ensino Médio das Escolas Estaduais de Educação em Tempo Integral.

Vale ressaltar, que o Componente Curricular Metodologia de Estudo do ensino fundamental e do ensino médio deve desenvolver suas atividades na forma de orientação pedagógica⁸, em consonância com os conteúdos dos componentes curriculares da Base Nacional Comum (AMAZONAS, 2011d).

O funcionamento das Escolas Estaduais de Tempo Integral ocorre em dois turnos, matutino e vespertino. Assim, o horário escolar deve ser organizado da seguinte maneira:

Turno Matutino: 07h às 11h15min (sendo 15 minutos de recreio);
Intervalo: 11h15min às 13h (destinado para o almoço, repouso e atividades recreativas);
Turno Vespertino: 13h às 17h (sendo 15 minutos de recreio)
(AMAZONAS,2011d).

Para o ingresso nas Escolas Estaduais de Tempo Integral (EETIs e CETIs) do ensino fundamental e do ensino médio, a SEDUC/AM estabelece critérios

⁸ De acordo com o Plano de Curso Anual e Planejamento Bimestral, ano 2015, do professor da escola pesquisada, entre os conteúdos trabalhados em sala de aula relacionados ao Componente Curricular Metodologia de Estudo para o ensino fundamental e médio, estão: Conceito e Definição de Metodologia do Estudo, Fundamentos Básicos de Metodologia, Elaboração de Relatório de Campo e Projeto de Pesquisa, Modelo de Questionário/Entrevista, Métodos de Pesquisa Bibliográfica, Regras da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT) para elaboração de trabalhos escolares; Técnicas para apresentação de seminário, Técnicas para produção de materiais de apresentação de trabalhos escolares (Slides, Folder, Cartazes e Portfólio), Técnicas e Fundamentos para produção de textos com rigor metodológico, além do planejamento e organização da Agenda Escolar e do horário de estudo individual e em grupo.

de seleção mediante processo seletivo, publicado através de edital. De forma geral, a seleção para o ingresso dos estudantes no ensino fundamental e no ensino médio tem como critérios a proximidade residencial do candidato, ou seja, residir nos bairros que estejam num raio de dois quilômetros da escola desejada e a maior nota a partir do rendimento escolar.

O Edital 001/2014 da SEDUC/AM, referente ao processo seletivo para o ingresso nas escolas estaduais de Tempo Integral da rede pública do Amazonas, estabelece os critérios de seleção diferenciados para as etapas de ensino da educação básica. A seleção para ingresso do estudante no ensino fundamental dos anos iniciais (1º ao 5º ano) de acordo com o referido edital dar-se-á da seguinte forma:

Anos Iniciais (1º ao 5º ano) - O Processo Seletivo será realizado via preenchimento de questionário socioeconômico, tendo como critérios:

- a. Residir em bairros localizados em um raio de dois quilômetros da escola desejada;
- b. A menor renda salarial (per capita) da família;
- c. Em caso de empate, o critério de desempate será o maior número de dependentes da família;
- d. Persistindo ainda o empate, adotar-se-á o critério de menor idade do candidato. Além dos documentos do candidato exigidos no item 1 letra E deste Edital será necessária apresentação do comprovante de renda da família, que poderá ser feita por meio de declaração de rendimentos, declaração do imposto de renda ou comprovação de participação da família em Programas Sociais do Governo Federal, Estadual ou Municipal. (AMAZONAS, 2014a).

Quanto à seleção do ensino fundamental, Anos Finais (6º ao 9º ano) e ensino médio (1ª a 3ª Série), cuja etapa é parte integrante da pesquisa, os critérios para o ingresso do estudante estabelecidos no Edital estão assim definidos:

- a. A proximidade residencial do candidato, ou seja, o mesmo residir nos bairros ou sub-bairros que estejam no raio de dois quilômetros da escola desejada;
- b. A média da somatória das notas dos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática;
 - b.1 Maior soma das notas em Língua Portuguesa;
 - b.2 Maior soma das notas em Matemática;
 - b.3 As notas dos componentes curriculares de língua portuguesa e matemática serão obtidas por meio do rendimento escolar até o 3º bimestre de 2013, lançados no sistema SIGEAM, para candidatos oriundos da Rede Pública Estadual do Amazonas;
 - b.4 Do boletim escolar original e sem rasuras, para candidatos oriundos de outras redes de ensino, sendo considerados os conceitos convertidos ou as notas obtidas a até o 3º bimestre ou equivalente. As somatórias das notas dos componentes curriculares deverão seguir o padrão da rede estadual, mínimo 42 (quarenta e dois) pontos e máximo 70 (setenta) pontos até o 3º bimestre, os ensinos e redes que possuem notas com padrões diferentes, terão as notas equivalidas para o padrão da rede estadual.

b.5 Havendo empate, adotar-se-á como critério de desempate:

b.5.1 A menor idade do candidato, considerando-se ano, mês e dia de nascimento (AMAZONAS, 2014a).

A distribuição das vagas do processo seletivo adota, ainda, um sistema de cotas, distribuído pelo sistema de ensino estadual na qual são destinadas 5% das vagas às pessoas com deficiência na forma da Lei nº 8.113, de 24 de julho de 1991 (AMAZONAS, 1991b), e do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Do saldo de vagas restantes, 80% serão ofertadas aos candidatos oriundos da Rede Pública de Ensino do Estado do Amazonas e 20% aos candidatos das demais redes de ensino (AMAZONAS, 2014).

Para possibilitar um trabalho pedagógico mais diversificado em sala de aula e contribuir para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, a sugestão da SEDUC/AM para a formação das turmas nas escolas de educação em tempo integral é estabelecer no 1º ano dos anos iniciais, a quantidade de 30 alunos por turma, no 2º ano ao 5º ano, 35 alunos e 6º ao 9º ano do ensino fundamental e ensino médio, 40 alunos por turma.

A proposta da SEDUC/AM, em relação à política de educação em tempo integral, é de expandir para as demais escolas o Projeto Escola de Tempo Integral com o propósito de oferecer, aos estudantes da Rede Estadual de Ensino, oportunidades necessárias para o desenvolvimento intelectual e humano. Essa expansão envolve tanto a adaptação de novas escolas com a criação de EETIs, como também, a construção de escolas padronizadas concebidas para atender à educação em tempo integral, os denominados CETIs.

A seguir realizaremos a descrição da escola onde foi desenvolvida a pesquisa de campo, destacando sua estrutura e funcionamento e a realidade socioeconômica na qual está inserida.

1.6.1 O contexto de criação da escola pesquisada: Centro de Educação em Tempo Integral (CETI ZN)

A escola selecionada para desenvolvimento da pesquisa é o Centro de Educação de Tempo Integral (CETI ZN), sob a jurisdição da Coordenadoria Distrital de Educação 07 (CDE 7) localizada no município de Manaus, capital do Amazonas. Tal escolha justifica-se pelo desempenho dos alunos na avaliação do SADEAM, no

Ensino Médio, tendo como referência a disciplina de Geografia no período de 2012 a 2014.

O CETI ZN foi criado pelo Decreto nº 29.840 de 12 de abril de 2010 (AMAZONAS, 2010), mas sua inauguração foi no dia 05 de abril do mesmo ano. A escola está situada em um bairro da periferia de Manaus localizado na zona norte da cidade, atende a alunos dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e alunos do ensino médio regular. A instituição obedece a um modelo padrão de escola com 24 salas, sala de professores, sala de secretaria, sala de diretoria, almoxarifado e refeitório.

De acordo com os dados de 2014 do Sistema Integrado de Gestão Educacional (SIGEAM) da SEDUC/AM, o CETI ZN possui um total de 20 salas para o atendimento em tempo integral do ensino fundamental II (anos finais) e do ensino médio distribuídas em 15 turmas de 6º ao 9º ano e 5 turmas da 1ª a 3ª série do ensino médio, assistindo um total de 632 alunos. A média de alunos por turma em ambas as etapas de ensino é de 32 alunos (AMAZONAS, 2014b).

A escola atende a alunos de diversas localidades, porém a maioria deles pertence ao próprio bairro. Por estar localizada em uma comunidade de classe média baixa a escola exerce grande importância na formação desses alunos enquanto sujeitos do seu próprio conhecimento (AMAZONAS, 2014c).

A estrutura administrativa e pedagógica do CETI ZN está organizada a partir da composição de cinco núcleos distintos, a saber: i) Núcleo de Direção - centrado na figura do gestor, representa o centro executivo do planejamento, organização, coordenação, avaliação e integração das atividades da unidade escolar; ii) Núcleo Técnico Pedagógico - exerce apoio técnico e pedagógico aos professores e alunos, sendo formado por 01 coordenador pedagógico, 02 apoios pedagógicos⁹ e 03 professores coordenadores nas áreas de Exatas, Humanas e Linguagens; iii) Núcleo Pedagógico – formado pelos professores que compõem o quadro da escola; iv) Núcleo Administrativo – consiste no apoio administrativo ao processo educacional e à gestão da escola, sendo formado por 01 secretário de escola e 01 estagiário do Sistema Integrado de Gestão em Educação do Amazonas (SIGEAM); v) Núcleo Operacional – apoio ao conjunto de ações complementares da escola, tais como, limpeza, vigilância, manutenção, conservação, entre outras,

⁹ Professores estatutários habilitados em qualquer área de Licenciatura Plena que atuam como apoio pedagógico, auxiliando as ações e atividades desenvolvidas pela gestão e coordenação pedagógica na escola.

sendo formado por 01 agente de organização escolar (inspetor), 15 agentes de serviços gerais, 03 merendeiras e 04 vigilantes.

Quanto aos espaços de aprendizagens, apoio e equipamentos, a escola possui Biblioteca, Laboratório de Ciências, Laboratório de Matemática, Laboratório de Informática com acesso à internet, videoteca, sala de dança, sala de música, auditório, camarim, gabinete odontológico, enfermaria, quadra de esporte coberta, piscina semi-olímpica e campo de futebol. Além disso, possui ainda, sala de recursos multifuncionais com a presença de docente com formação continuada para educação especial, banheiro adequado para alunos com deficiência com espaços para prática pedagógica inclusiva.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (AMAZONAS, 2014c), o CETI ZN tem como visão ser reconhecido como referência de escola de tempo integral que objetiva contribuir com a sociedade para a construção de uma escola que forme indivíduos pensantes, reflexivos e críticos, capazes de atuar nas problemáticas concernentes à sociedade na qual estão inseridos.

Em relação à missão da escola, identificada no PPP, constata-se que está em proporcionar a construção do conhecimento sistemático e social de maneira que os educandos possam se apropriar e utilizar no seu cotidiano, promovendo tanto os aspectos cognitivos como atitudinais, além de conscientizá-los da importância do seu envolvimento na construção do próprio aprendizado.

Sobre a visão e missão de uma instituição pública, Pontes (2015) afirma que ambas demonstram além de seus desejos e valores, a direção que os atores envolvidos estabelecem para atingir seus resultados. Portanto, a visão deve significar um desafio e, por sua vez, uma inspiração para o sucesso da missão.

A seguir mostraremos como anda o desempenho dos alunos do ensino médio do CETI ZN destacando os resultados nas avaliações do SADEAM, na disciplina de Geografia.

1.6.2 O CETI ZN e o desempenho no SADEAM

O CETI ZN, objeto de estudo desta pesquisa, apresenta padrões de investimentos físicos e pedagógicos diferenciados se comparados às demais escolas da Rede Pública Estadual. Trata-se de uma escola concebida para o

atendimento da modalidade de educação em tempo integral. Além disso, apresenta uma proposta pedagógica voltada para atendimento dessa modalidade de ensino.

Nesse sentido, podemos identificar a existência de pelo menos quatro elementos que caracterizam essas unidades, e que as diferenciam das demais escolas da Rede Pública Estadual de Ensino:

- i) jornada escolar ampliada possibilitando a organização do ensino quanto ao espaço e o tempo de aprendizagem;
- ii) proposta pedagógica concebida exclusivamente para essa modalidade de ensino;
- iii) padrão arquitetônico desenvolvido para atender a educação em tempo integral;
- iv) processo seletivo para o ingresso dos estudantes na escola tendo como um dos critérios o rendimento escolar (média da somatória das notas em Língua Portuguesa e Matemática).

Os elementos apresentados, além de diferenciarem os CETIs das demais escolas da rede estadual, qualificam essas unidades de ensino, por meio da proposta de educação em tempo integral, a enfrentar os desafios de garantir o acesso e permanência do aluno na escola com sucesso promovendo a aprendizagem significativa a todos, proporcionando assim uma educação pública de qualidade.

Para avaliar como anda o desempenho dos alunos do ensino médio, bem como, se eles estão permanecendo ou avançando nas séries escolares, a Tabela 1 apresenta os dados sobre o rendimento escolar no período de 2012 a 2014.

Tabela 1- Rendimento Escolar e quantidade de turmas e alunos da 1ª, 2ª e 3ª série do ensino médio do CETI ZN no período de 2012 a 2014

Indicador	2012		2013		2014	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
1ª Série	3 turmas		3 turmas		3 turmas	
Aprovação	75	98,68%	74	100,00%	83	97,65%
Reprovação	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Abandono	1	1,32%	0	0,00%	2	2,35%
2ª Série	2 turmas		2 turmas		1 turma	
Aprovação	43	100,00%	37	100,00%	39	100,00%

Reprovação	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Abandono	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
3ª Série	1 turma		1 turma		1 turma	
Aprovação	11	100,00%	20	100,00%	26	100,00%
Reprovação	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Abandono	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do SIGEAM.

Como mencionado anteriormente, a Tabela 1 mostra o Rendimento Escolar (Aprovação, Reprovação e Abandono) das 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio do CETI ZN, no período de 2012 a 2014, além da quantidade de turmas e alunos da escola. Como podemos observar, a maior quantidade de alunos e turmas encontra-se na 1ª série do ensino médio. Em contrapartida, as taxas de abandono, apresentaram crescimento passando de 1,32%, em 2012, para 2,35%, em 2014. Na 2ª série, houve uma redução na quantidade de alunos e respectivas turmas no período analisado. O rendimento da escola manteve índices positivos chegando a 100,00% de aprovação e 0,00% de abandono nas 2ª e 3ª séries.

Os alunos do CETI ZN que ingressaram na 1ª série do ensino médio, em 2012, tiveram um crescimento na aprovação de 98,68% para 100,00% em 2014. Vale ressaltar que, no mesmo período, de 2012 a 2014, houve uma redução na quantidade de alunos e turmas diminuindo de 75 alunos e 3 turmas para 26 alunos e 1 turma.

Segundo a Coordenadoria de Educação, a qual a escola pertence, essa redução no número de alunos ocorre em função da saída de alunos por meio de solicitação de transferência para as escolas de ensino regular. A justificativa para essa saída voluntária dos alunos do ensino médio ocorre, principalmente, por questões relacionadas à procura por emprego (trabalho), realização de estágio e preparação para o vestibular. São fatores que estão ligados a questões socioeconômicas e/ou extraescolares que, muitas vezes, estão além das possibilidades da escola em resolvê-las.

As Tabelas 2 e 3 mostram os resultados do desempenho nas avaliações do SADEAM na 1ª e 3ª séries do ensino médio, no período de 2012 e 2014, especificamente, na disciplina de Geografia.

Vale ressaltar que a análise dos dados voltam-se para o desempenho nas avaliações do SADEAM na disciplina de Geografia como forma de justificar o objetivo da pesquisa que visa analisar como a equipe gestora e professores se apropriam dos resultados do SADEAM como instrumento para melhorar suas práticas pedagógicas no contexto da sala de aula.

Tabela 2- Proficiência Média, Padrões de Desempenho e Percentual de Participação no SADEAM em Geografia da 1ª e 3ª Série do ensino médio do CETI ZN (2012 e 2014)

EDIÇÃO	ETAPA	PROFICIÊNCIA MÉDIA	PADRÃO DE DESEMPENHO	ALUNOS PREVISTOS	ALUNOS EFETIVOS	PARTIPAÇÃO (%)
2012	1ª Série	528,5	Básico	84	71	84,5
2014	3ª Série	567,1	Básico	30	19	63,3

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados extraídos do CMI/CAED/UFJF.

Como podemos observar, na Tabela 2, a Proficiência Média dos alunos na disciplina de Geografia, na 1ª série, em 2012, foi de 528,5 pontos. Em 2014, na 3ª série do ensino médio, esse valor foi de 567,1 pontos. Entretanto, se considerarmos os Padrões de Desempenho, constatamos que os alunos permaneceram no mesmo padrão, o Básico. Ou seja, o resultados obtidos na Proficiência não foram suficientes para que avançassem para o padrão Proficiente.

Outro ponto, que merece destaque, é a redução no percentual de participação dos alunos nas avaliações. Mesmo com a redução da quantidade de alunos e turmas do ensino médio, observados nos anos de 2012 e 2014, a participação reduziu de 84,5% para 63,3%, respectivamente.

A Tabela 3 mostra o percentual de alunos distribuídos por padrão de desempenho no SADEAM, do ensino médio, no período de 2012 e 2014. Assim, a distribuição dos alunos por padrões de desempenho que posiciona a proficiência em 4 níveis, parte do princípio de que o aprendizado adequado envolve os níveis Proficiente e Avançado¹⁰.

¹⁰ Neste trabalho adotamos o conceito utilizado pelo portal QEdU, sistema on-line de dados sobre a educação brasileira, na qual considera que os alunos com aprendizado adequado são aqueles que estão nos níveis Proficiente e Avançado. Disponível em: <<http://academia.qedu.org.br/prova-brasil/aprendizado-adequado/>>. Acesso em: 09 out. 2015.

Tabela 3- Percentual de alunos por Padrão de Desempenho no SADEAM na disciplina de Geografia da 1ª e 3ª Série do EM do CETI ZN (2012 e 2014)

EDIÇÃO	ETAPA	ABAIXO DO BÁSICO	BÁSICO	PROFICIENTE	AVANÇADO
2012	1ª Série	12,7%	47,9%	35,2%	4,2%
2014	3ª Série	21,1%	47,4%	31,6%	0,0%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados extraídos do CMI/CAED/UFJF.

A Tabela 3 mostra um aumento do percentual de alunos no padrão Abaixo do Básico e uma queda no padrão Avançado se comparadas as edições de 2012 e 2014, na disciplina de Geografia. Se consideramos os padrões de desempenho dos alunos da 1ª série em 2012, constatamos que 60,6% dos alunos encontram-se nos padrões Abaixo do Básico e Básico. Enquanto que, nos padrões mais elevados, Proficiente e Avançado, o percentual foi de 39,4%.

Em 2014, na 3ª série, ano de conclusão do ensino médio, houve um aumento nos percentuais para os padrões mais baixos e, conseqüentemente, uma redução nos padrões mais elevados. Assim, o percentual de alunos nos padrões mais baixos aumentou para 68,5% e os níveis mais elevados reduziram para 31,6%. O padrão de desempenho Abaixo do Básico que, em 2012, na 1ª série foi de 12,7% aumentou para 21,1%, um crescimento de 8,4%. Já o padrão Básico, no período analisado, se manteve estável, praticamente com o mesmo percentual. Em relação aos padrões mais elevados, como o Proficiente e o Avançado, ambos tiveram redução no percentual de alunos. Entretanto, um dado que chamou atenção, em relação aos níveis mais elevados, foi que nenhum aluno atingiu o padrão Avançado na disciplina.

A partir da análise e interpretação dos resultados do SADEAM acerca dos padrões de desempenho, o percentual de distribuição por padrões na disciplina de Geografia, assim como, o percentual de participação dos alunos nas avaliações, constatamos a necessidade de analisar como a equipe gestora utiliza e se apropria dos resultados das avaliações externas como subsídio para melhorar suas práticas pedagógicas no âmbito escolar.

Diante dos dados e informações sobre o desempenho dos alunos nas avaliações do SADEAM, foi possível estabelecer algumas considerações iniciais: i) a proficiência média apresentada pelos alunos nas avaliações não foram suficientes

para que se elevasse o padrão de desempenho para níveis adequados, mais precisamente ao padrão Proficiente, uma vez que, os alunos da 1ª série, em 2012, e 3ª série, em 2014, permanecem no nível Básico; ii) a distribuição do percentual por padrão de desempenho mostra que os alunos, além de se concentrarem nos padrões de desempenho mais baixos, estão caminhando para o padrão de desempenho Abaixo do Básico, o que aponta para necessidade de uma intervenção para que se possa melhorar este desempenho e; iii) a redução no percentual de participação dos alunos nos exames, mesmo com a diminuição do número de turmas e alunos, no ensino médio, se compararmos os alunos na 1ª e 3ª séries, nas edições de 2012 e 2014, respectivamente. Isso pode estar relacionado ao desinteresse dos alunos pelos testes, o que pode ser ocasionado pela ausência da gestão escolar em realizar um trabalho para sensibilizar o corpo discente sobre a importância das avaliações para a melhoria do desempenho escolar.

Vale ressaltar, mesmo reconhecendo que a melhoria do desempenho dos alunos nas avaliações externas não está exclusivamente vinculado à apropriação de seus resultados, uma vez que existem outros fatores que precisam ser considerados, como os fatores extra e intraescolares por exercerem influência no desempenho escolar, acredita-se que, a apropriação desses resultados pode contribuir para a melhoria do desempenho discente nas avaliações, uma vez que promove a reflexão sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto escolar.

Em relação aos fatores que exercem influência no desempenho dos alunos nas avaliações, Blasis (2013), afirma que os resultados das avaliações externas trazem inúmeras informações, mas não dizem tudo sobre os resultados obtidos pela escola. Segundo a autora é preciso levar em conta que existem diversos fatores em interação influenciando os resultados das avaliações, que estão presentes no contexto educacional, assim definidos:

Fatores extraescolares:

- Características do território onde a escola está localizada (condições de infraestrutura; lazer e cultura; acesso a transportes e equipamentos públicos como escolas, hospitais; outros serviços e políticas, atendimento à demanda escolar).
- Perfil socioeconômico da população atendida pela escola.
- Capital social, cultural, grau de escolaridade das famílias dos alunos.
- Acesso e participação dos estudantes a práticas sociais de letramento.
- Expectativa dos estudantes em relação à continuidade de seus estudos.

Fatores intraescolares:

- Gestão da escola (formas de organização, controle e acompanhamento do trabalho escolar).
- Projeto pedagógico (organização do trabalho pedagógico – planejamento e acompanhamento; interlocução e compromisso com a comunidade; compromisso com a permanência do aluno e sucesso na escola).
- Produção de intervenções pedagógicas contextualizadas, isto é, que levem em conta o contexto social dos alunos e suas necessidades de aprendizagem (BLASIS, 2013, p. 259).

Diante dos diversos fatores escolares associados ao desempenho discente, nas avaliações externas, acredita-se que a apropriação dos resultados, de maneira eficaz, torna-se um elemento a ser considerado para que a escola possa garantir melhorias no desempenho acadêmico dos seus estudantes.

Através do interesse do presente estudo de analisar a apropriação dos resultados do SADEAM, apresentamos os seguintes questionamentos: Como os resultados do SADEAM têm sido utilizados pela equipe gestora? Que ações têm sido realizadas a partir desses resultados? Que formas de apropriação foram utilizadas pela escola? Quais estratégias de ações foram adotadas para melhorar o desempenho dos alunos nas avaliações? Em que medida os resultados das avaliações do SADEAM têm sido capazes de induzir a autorreflexão no âmbito escolar?

No segundo capítulo, analisamos por meio dos instrumentos de pesquisa e coleta de dados, quais ações a escola vem desenvolvendo referentes à apropriação dos resultados do SADEAM que estão voltados para a melhoria das práticas pedagógicas no contexto da sala de aula à luz dos referenciais teóricos dos estudiosos da área da educação.

II. UTILIZAÇÃO E APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DO SADEAM A PARTIR DO REFERENCIAL TEÓRICO DE ESTUDIOSOS DA EDUCAÇÃO

De acordo com o que foi apresentado no capítulo 1, o Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM) foi implantado em 2008, diante de um contexto de expansão e consolidação das avaliações externas em nível estadual, influenciado pelo Sistema Nacional da Avaliação da Educação Básica (SAEB), bem como, para atender aos objetivos e metas estabelecidos a partir da criação do “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, pelo governo federal.

Diante disso, o SADEAM surgiu com o papel de avaliar os estudantes da Rede Pública de Ensino do Estado do Amazonas através de exames padronizados como subsídio para fomentar mudanças que atendam ao dever do estado em oferecer uma educação pública de qualidade. O objetivo maior é utilizar os resultados das avaliações como base para intervenções destinadas a garantir o direito do aluno a uma educação de qualidade (AMAZONAS, 2013a).

Apresentamos, também, o contexto de criação da escola pesquisada, o Centro de Educação em Tempo Integral (CETI ZN) envolvendo todo o processo histórico e legal relacionado à implantação da política de educação em tempo integral na Rede Estadual de Ensino do Amazonas e o desempenho dos alunos do ensino médio em Geografia, nas avaliações externas do SADEAM.

Neste capítulo, abordaremos as reflexões teóricas que tratam sobre a importância da apropriação dos resultados das avaliações externas como instrumento para subsidiar as práticas pedagógicas visando à melhoria do desempenho escolar. Para tanto, foi analisada a entrevista realizada com a gestora e com o apoio pedagógico da escola pesquisada, embasada pelas contribuições teóricas de especialistas que versam sobre a temática da avaliação. Os depoimentos coletados nas entrevistas dizem respeito à forma como a equipe gestora tem se apropriado do SADEAM como subsídio na implementação de ações com vistas à melhoria do desempenho discente nas avaliações. Além disso, a análise de documentos oficiais da própria instituição, tais como, o Projeto Político Pedagógico, o Plano de Gestão Escolar e atas de reunião com o objetivo de compreender como esses atores se utilizam e se apropriam dos resultados das avaliações do SADEAM.

Com este propósito, dividimos o presente capítulo em cinco seções. Na primeira, como forma de compreender os processos desenvolvidos pela escola relacionados ao uso e interpretação dos resultados das avaliações externas, trataremos dos pressupostos teóricos sobre a apropriação dos resultados das avaliações externas, a partir de reflexões e posicionamentos de autores como Becker (2012), Bonamino e Souza (2012), Brooke e Cunha (2011), Silva (2013), Machado (2012), Machado e Alavarse (2014), Soligo (2010), Souza (2007); Sousa e Oliveira (2010), Vianna (2003). Na segunda seção, apresentamos o instrumento utilizado para a coleta de dados, os motivos pelos quais foi feita essa opção metodológica e sua importância para investigação, além de alguns dados acadêmicos e profissionais dos sujeitos participantes da pesquisa. Descrevemos, também, a forma como foram conduzidas as entrevistas com a gestora e o apoio pedagógico da escola em análise.

A partir da análise dos dados colhidos nas entrevistas, na terceira seção, abordamos as ações e estratégias utilizadas pela equipe gestora para utilização e apropriação das avaliações do SADEAM como importante ferramenta da gestão escolar. Na quarta seção, analisamos a organização do tempo e o planejamento escolar, a fim de verificar como o CETI ZN vem aproveitando a jornada escolar ampliada para a elaboração do planejamento de aulas em relação às avaliações do SADEAM. Na quinta e última seção, abordamos as principais dificuldades e desafios enfrentados pela equipe gestora quanto à utilização e apropriação das avaliações externas.

2.1 Pressupostos teóricos sobre a apropriação dos resultados das avaliações externas

As políticas de avaliação em larga escala, implementadas nas últimas décadas no país, buscam, sobretudo, diagnosticar os níveis de desempenho discente direcionando as ações pedagógicas para a melhoria da qualidade de ensino. As formas de resistência e, até mesmo, a ausência de maior atenção por parte das escolas e de seus profissionais para os resultados das avaliações externas vem gradativamente dando lugar a um maior interesse pela interpretação, compreensão e uso de seus dados, com o propósito de se estabelecer uma cultura de avaliação no âmbito escolar.

Sobre a necessidade de se desenvolver nas escolas uma cultura de avaliação que se materialize para além do campo da retórica, Vianna (2003), chama atenção para a compreensão de sua expressão:

A expressão “cultura da avaliação” integra, atualmente, a constelação de palavras técnicas no âmbito da comunidade educacional e aos poucos vai se tornando verdadeiro lugar comum, quase que simples figura de retórica; no entanto, é preciso que essa expressão liberte de seu caráter de mero truísmo e se transforme numa efetiva política de ação (VIANNA, 2003, p. 13).

Ainda segundo Vianna (2003), é a partir do estabelecimento de uma nova cultura de avaliação que será possível, como próximo passo, definir diretrizes sobre como usar produtivamente os resultados das avaliações externas na melhoria do processo de uma educação que seja eficiente e consequente, evitando-se, desse modo, que os resultados fiquem restritos a uma adjetivação pouco satisfatória, ou seja, significa dizer, segundo o autor, utilizar os resultados das avaliações em larga escala sem muita qualidade ou produtividade.

Mesmo reconhecendo que o termo qualidade no campo educacional possui diversas dimensões e significados, o que o torna um tanto complexo, as avaliações externas vem sendo utilizadas como instrumento para aferir a qualidade das instituições e redes de ensino, tornando-se uma das estratégias para melhoria da qualidade na educação básica.

Conceituar qualidade na educação não é tarefa fácil, muito menos associá-la, exclusivamente, aos resultados das avaliações em larga escala. Sobre essa questão, Machado e Alavarse (2014), afirmam que os conteúdos das avaliações externas não resumem a qualidade da escola, porém, não são alheios ao processo escolar que se pretenda de qualidade. Assim, segundo as autoras, mesmo com toda a ambiguidade que envolve a conceituação de qualidade, além da ausência de consenso sobre a questão, é possível reconhecer, nas políticas educacionais e na literatura, importantes inflexões que procuram associar indícios de qualidade à avaliação externa.

Nesse cenário que envolve a medição da qualidade de ensino por meio das avaliações externas, podemos identificar alguns avanços como também retrocessos, em termos de desempenho dos estudantes, o que torna necessário uma melhor compreensão sobre as formas de apropriação dos resultados adotadas

como recursos que podem auxiliar e qualificar as práticas pedagógicas no contexto escolar, por entender que, sua compreensão configura-se como condição para um melhor uso de seus dados, e conseqüentemente, desempenho em seus resultados.

Em meio à importância que avaliações externas vêm adquirindo no ambiente escolar, tem se observado uma maior atenção aos resultados e pouco valor à sua interpretação e possível contribuição para qualidade da educação. É preciso entender que qualquer avaliação educacional não é um fim em si mesmo. Caso os professores, gestores e formadores não se apropriem dos seus resultados, pouco irá contribuir para a melhoria da educação (BECKER, 2012).

Assim, a melhoria dos resultados nas avaliações em larga escala implica, sobretudo, em aperfeiçoar as práticas de gestão escolar e de ensino, que são focadas na utilização de seus dados de maneira eficaz, uma vez que, tais avaliações só têm sentido se seus resultados forem corretamente apropriados pela escola e significarem mudanças positivas no desempenho dos alunos.

Sobre a utilização das avaliações externas, no contexto escolar, Silva (2013) afirma que é notório o esforço de gestores educacionais para que as avaliações possam ser apropriadas e utilizadas como instrumento pedagógico útil e pertinente ao trabalho dos professores. Apesar desses esforços, quando nos deparamos com os resultados dos estudantes nos testes, percebemos as dificuldades, dúvidas e inseguranças por parte dos profissionais da educação na compreensão e apropriação plena desse instrumento. Assim, a efetivação da avaliação externa se concretiza quando há a interpretação dos dados e o uso dos resultados no trabalho escolar.

Neste cenário, a equipe gestora, neste caso representado pelo gestor escolar, coordenador pedagógico, apoio pedagógico e professores coordenadores de área, assume papel fundamental nesse processo de utilização e apropriação das avaliações externas nas escolas. Esses profissionais devem atuar não apenas como divulgadores das informações e dados repassados pelas secretarias e coordenadorias educacionais, mas, sobretudo, segundo Soligo (2010), devem problematizar os resultados dos testes e criar condições de uso em favor da melhoria da qualidade da educação em sua comunidade escolar.

Em relação ao contexto que envolve o uso e problemáticas dos resultados das avaliações nas escolas, o qual entendemos estar além da divulgação dos resultados, Soligo (2010), afirma ainda que

diante deste contexto, a divulgação do material recebido deve ser pensado, coletivamente com os professores e corpo técnico da escola, de forma a proporcionar o entendimento do que está sendo disponibilizado, para que os resultados sirvam como instrumentos de problematização sobre a qualidade da educação neste estabelecimento (SOLIGO, 2010, p. 6).

O esclarecimento ao corpo docente sobre os objetivos e finalidades das avaliações, bem como a necessidade quanto à interpretação e uso dos seus resultados, torna-se uma estratégia essencial a ser utilizada pela gestão escolar para transformar tais resultados em aliados na busca pela melhoria da qualidade da educação.

Ao tratar sobre as formas de uso da avaliação educacional assim como seu objetivo, Brooke e Cunha (2011) afirmam que a preocupação com a qualidade da educação básica está no cerne dos sistemas de avaliação estaduais, sendo que, todos têm como objetivo explícito, fornecer *feedback* aos professores e ajudar na busca de soluções para superar as dificuldades de aprendizagem dos alunos. Nesse sentido, os autores defendem a utilização dos resultados das avaliações pelos gestores como instrumento para melhor definirem metas para o trabalho escolar.

De acordo com o relatório final da pesquisa realizada pela Fundação Carlos Chagas, em parceria com a Fundação Itaú Social, intitulada “Uso da Avaliação Externa por Equipes Gestoras e Profissionais Docentes: Um Estudo em Quatro Redes de Ensino Público”, publicada em 2012, verificou-se a emergência de um tipo de uso relacionado à análise, propriamente dita, dos resultados aferidos nos testes. Nestes termos, a análise é aqui compreendida como pré-condição para os outros usos das avaliações e que se revela como uma forma de apropriação dos resultados (FCC e FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2012).

Ao receber os resultados do desempenho discente, nos exames, gestores escolares, pedagogos e professores, procuram dar significado a esse material, isto é, procuram apropriar-se de acordo com seus conhecimentos acerca das avaliações externas. Desse modo, o estudo aponta para cinco possibilidades referentes à análise dos resultados das avaliações identificadas nas escolas pesquisadas, as quais podem orientar as ações pedagógicas dos educadores quanto ao seu uso, a partir da chegada desses resultados nas unidades de ensino:

1. Identificar, a partir dos resultados da avaliação externa, os alunos com baixo desempenho.

2. Identificar os conteúdos/temas a serem enfatizados prioritariamente com os alunos.
3. Realizar um acompanhamento do desempenho dos alunos/turma ao longo do tempo.
4. Identificar os erros mais frequentes nos itens das provas.
5. Autoreflexão dos agentes institucionais a partir dos resultados. (FCC e FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2012, p. 49)

Quanto à disponibilidade do material das avaliações, Soligo (2010) aponta para alguns problemas relacionados à maneira como os resultados atingem as escolas e suas respectivas comunidades. Geralmente, segundo o autor, a imprensa divulga os resultados através de *ranking* sem oferecer mais esclarecimentos sobre o conjunto do processo. Os dados são disponibilizados na internet por meio de tabelas e índices, apresentando o rendimento nas avaliações em larga escala. No entanto, os dados disponibilizados pelos testes constituem possibilidades para elaboração e execução de ações pedagógicas eficazes, mas, por vezes, não são adequadamente utilizados. Isso ocorre por inúmeros motivos. Entre eles a falta de manuseio dos materiais que chegam às instituições (SOLIGO, 2010).

Diante dos inúmeros dados e informações disponibilizadas sobre as avaliações externas, Soligo (2010) aponta para algumas questões com o intuito de orientar as ações e possibilidades de uso de seus resultados na busca pela melhoria da qualidade da educação, quais sejam:

como esses dados podem ser utilizados nas escolas para contribuir na melhoria da qualidade da educação? Como professores e gestores utilizam esses dados? Como é feita a divulgação de resultados internamente na comunidade escolar? Existem programas direcionados as avaliações de larga escala nas escolas para auxiliar professores e gestores no usos dos resultados e processos destes sistemas? (SOLIGO, 2010, p. 3).

Compreender as questões apresentadas e tentar buscar respostas é essencial, quando se tem clareza de que a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes passa pelo conhecimento por parte dos sujeitos responsáveis pelo processo educativo que nela atuam, não apenas dos resultados, mas sobretudo de todo o conjunto do processo que envolve as avaliações externas.

Entre os benefícios que as avaliações podem trazer para a educação está a expectativa de que seus resultados venham subsidiar as ações e tomadas de decisões por parte dos gestores educacionais. Em que pese às ações e estratégias desenvolvidas pelos gestores, que são os responsáveis por iniciativas nessa

direção, é preciso considerar as dificuldades que as escolas têm em compreender os resultados produzidos pelas avaliações.

Sobre as dificuldades das escolas e de seus profissionais em interpretar os dados disponibilizados pelas avaliações, Sousa e Oliveira (2010) afirmam que

os próprios gestores, no entanto, responsáveis por iniciativas nessa direção, reconhecem que as escolas tem dificuldade até mesmo de ler e compreender os resultados produzidos pelo sistema de avaliação. Nesse sentido, ocorrem, inclusive, esforços da direção em traduzi-los em uma linguagem compreensível. Isso inclui seminários para explicitação dos significados dos resultados, e a produção de materiais sintéticos a serem remetidos às escolas (SOUSA E OLIVEIRA, 2010, p. 813).

Assim, sob a ótica dos profissionais da escola, incluindo o gestor escolar, o uso dos resultados dos sistemas de avaliação ainda é considerado escasso e, em muitos casos, inexistente, em função das dificuldades das escolas quanto ao uso dos dados e informações disponibilizados pelas avaliações. Com isso, a avaliação apreciada como significativa por parte da escola é a avaliação interna do aprendizado do aluno, que é produzida pelo próprio professor no contexto da sala de aula, uma vez que, não parece fazer parte da organização do trabalho escolar pautar seu planejamento nos resultados das avaliações externas.

Na tentativa de superar as dificuldades e desafios relacionados à interpretação, utilização e apropriação dos resultados das avaliações externas por parte de gestores, pedagogos e professores, Brooke e Cunha (2011) apostam na formação docente como estratégia, destacando que

uma forma de superar esse desafio tem sido a criação de programas estruturados de formação continuada com base nos resultados das escolas, que vão além do trabalho individual dos analistas ou supervisores pedagógicos, na tentativa de atingir um número mais significativo de professores. Nesses casos, as estratégias de formação ultrapassam as oficinas voltadas para a explicação dos resultados das avaliações para se tornarem programas permanentes de intervenção junto aos professores (BROOKE E CUNHA, 2011, p. 31).

A formação continuada configura-se como uma importante estratégia de gestão para promover o entendimento das avaliações externas no ambiente escolar, com vistas a superar os desafios que envolvem o uso e interpretação de seus resultados. A escola tem autonomia para promover espaço e tempo para realização de estudos, oficinas e formação continuada em serviço aos sujeitos do processo

educativo, a partir de programas permanentes, inclusive institucionalizá-las no projeto político pedagógico da escola.

Diante da atenção, cada vez maior, que as avaliações externas vêm adquirindo no contexto escolar, associada à importância do seu uso para a melhoria do desempenho do aluno e, conseqüentemente, da qualidade de ensino, Bonamino e Souza (2011) trazem para a discussão, os riscos que as provas padronizadas podem ocasionar como a preparação para os testes, o que levaria a um estreitamento do currículo escolar. Segundo as autoras, essa situação é conhecida como ensinar para os testes. Ocorre quando os professores concentram seus esforços, preferencialmente, nos tópicos que são avaliados e desconsideram os aspectos importantes do currículo, inclusive de caráter não cognitivo (BONAMINO; SOUZA, 2012).

Esses riscos envolvendo os processos de apropriação dos resultados são apontados, muitas vezes, por argumentos contrários à utilização das avaliações externas no campo da gestão pedagógica, a qual o tratamento dado a esses processos podem ocasionar a redução ou empobrecimento do currículo escolar. Vale ressaltar, ainda, que, tais riscos são assumidos pelas escolas quando estas privilegiam partes do currículo que compõem as avaliações externas quando, na verdade, estes se constituem apenas como um recorte do currículo escolar.

Outra questão envolvendo a problemática das avaliações externas, mas precisamente o estreitamento do currículo, decorre do fato de os currículos escolares possuírem múltiplos objetivos que envolvem questões de valores, experiências e práticas sociais e culturais, que vão além da questão dos conteúdos, enquanto as medidas de resultados utilizadas pelas avaliações em larga escala tipicamente visam a objetivos mais específicos relacionados à avaliação das habilidades e competências dos estudantes. Sobre essa questão Bonamino e Souza (2012) esclarecem não se tratar exatamente de uma limitação das avaliações, mas demanda atenção para os riscos relativos ao estreitamento do currículo, os quais podem acontecer quando há uma interpretação distorcida do significado pedagógicos dos resultados da avaliação.

De fato, não podemos deixar de considerar os argumentos de que as avaliações padronizadas em larga escala lidam com uma visão estreita do currículo escolar diante do que as escolas se propõem e planejam em termos de ensino e formação de seus estudantes. Mas, também, não podemos aceitar essa alegação

como subterfúgio para que a escola abra mão da utilização dos resultados das avaliações como subsídio para aperfeiçoar e qualificar suas práticas pedagógicas e de gestão no ambiente escolar.

Na seção seguinte, falaremos do instrumento de pesquisa utilizado e sua importância, a justificativa que nos levou a adotá-lo, a forma como foi estruturada e como aconteceram as entrevistas e o contato com os sujeitos que compõem a equipe gestora da escola pesquisada, além de alguns dados acadêmicos e profissionais dos entrevistados.

2.2 O instrumento de pesquisa utilizado - entrevista semiestruturada

A proposta deste trabalho foi desenvolvida, através de uma pesquisa de natureza qualitativa que, de acordo com Chueke e Lima (2012), é uma abordagem em que o pesquisador poderá adotar uma multiplicidade de métodos para assegurar a compreensão em profundidade do fenômeno.

Neste sentido, o instrumento que foi utilizado para analisar como a equipe gestora se apropria dos resultados das avaliações do SADEAM na escola pesquisada foi a entrevista semiestruturada. Tal análise foi fundamentada pelas reflexões teóricas discutidas na seção anterior com o intuito de contribuir para uma melhor compreensão sobre o objetivo proposto no referido trabalho.

Sobre a utilização da entrevista como instrumento de pesquisa, Duarte (2004) afirma que são fundamentais quando se deseja mapear práticas, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos. A autora afirma, ainda, que entrevistas quando bem realizadas, permitirão ao pesquisador uma análise mais profunda a partir da coleta de indícios dos modos como cada um dos sujeitos entrevistados percebem o significado de sua realidade, levantando informações consistentes que permitem descrever e compreender as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, neste caso, da escola pesquisada, o que em geral seria mais difícil obter com outros instrumentos de coletas de dados.

Quanto aos sujeitos escolhidos para a aplicação da entrevista, sua definição se deu primeiramente para atender ao objetivo da pesquisa que visa analisar os processos de apropriação dos resultados do SADEAM pela equipe gestora, estando contextualizada, portanto, no campo da gestão escolar, como também pelo fato de esses profissionais permanecerem na escola como membros

da equipe gestora no período abordado pela presente pesquisa (2012 a 2014), o que contribuiu para o entendimento mais apurado sobre as ações desenvolvidas pela escola, a partir dos resultados da avaliação externa estadual.

Para a realização da entrevista semiestruturada foi elaborado roteiro de entrevista para cada um dos sujeitos participantes: a gestora e o apoio pedagógico. A entrevista foi elaborada com questões voltadas para verificar que ações estão sendo desenvolvidas pelo CETI ZN para garantir a apropriação dos resultados das avaliações em larga escala como importantes ferramentas para subsidiar as práticas pedagógicas e de gestão no âmbito escolar.

Vale ressaltar que, por meio das entrevistas, foi possível identificar alguns dados acadêmicos e profissionais para que se tivesse uma melhor compreensão dos sujeitos participantes da pesquisa. No caso da gestora da escola, ela possui licenciatura plena em Pedagogia e Especialização em Gestão Escolar. Na Rede Estadual de Ensino, exerce a função como gestora há 15 anos, já na escola pesquisada, ocupa o cargo há 3 anos e 9 meses. Em relação à outra entrevistada, o apoio pedagógico, esta é formada em licenciatura plena em Matemática. Ocupa a função como apoio pedagógico, na Rede Estadual, há 8 anos, sendo que na escola possui 4 anos de experiência, ou seja, praticamente o mesmo tempo que a gestora. É importante frisar que, ambas entrevistadas, conhecem a escola há mais tempo em relação aos demais profissionais o que proporciona uma visão mais ampla em função do tempo de trabalho exercido na instituição.

Diante disso, visando atender ao objetivo da pesquisa de analisar a utilização e apropriação dos resultados do SADEAM pela equipe gestora, as respostas obtidas a partir das entrevistas, foram analisadas buscando responder as seguintes questões norteadoras:

(i) Que ações a equipe gestora promove com a chegada dos resultados do SADEAM à escola?

(ii) Que ações e estratégias utilizam para a apropriação dos resultados do SADEAM?

(iii) Como utilizam os resultados relacionando a organização do tempo e planejamento escolar?

(iv) Como os resultados das avaliações são socializados com alunos e familiares?

(v) Quais as dificuldades e desafios enfrentados quanto aos processos de apropriação dos resultados do SADEAM?

Neste intento, a investigação tem como foco a atuação dos profissionais que compõem a equipe gestora, a partir da premissa de que sua atuação torna-se fundamental para garantir o bom desempenho acadêmico dos alunos nas avaliações externas e, conseqüentemente, proporcionar melhorias no processo ensino-aprendizagem.

Duarte (2004) aponta alguns elementos fundamentais que a realização de uma boa entrevista exige, na qual a presente pesquisa procurou atender. Dentre elas: i) que o pesquisador tenha muito bem definido os objetivos de sua pesquisa; ii) que ele conheça o contexto que pretende realizar sua investigação; iii) segurança e auto-confiança; iv) algum nível de informalidade, sem perder de vista os objetivos que levaram a buscar aquele sujeito específico como fonte de material empírico para a sua investigação.

As entrevistas realizadas com os membros da equipe gestora ocorreram na própria escola por meio de agendamento. Primeiramente, entrevistamos o profissional do apoio pedagógico, em seguida, dois dias depois, a gestora da escola. As entrevistas foram gravadas¹¹ e, foram, posteriormente, analisadas e transcritas, totalizando cerca de uma hora e vinte minutos de áudio.

Durante o processo que envolveu a realização das entrevistas, ocorreram alguns contratempos por parte dos sujeitos participantes da pesquisa. No caso da gestora, houve a dificuldade em agendar a data para realização da entrevista, sob a justificativa das constantes reuniões e atividades ocorridas fora da escola, reuniões estas que a profissional tem de participar em função do cargo que exerce, o que ocasionou idas constantes à escola sem êxito, até que, por fim, conseguimos realizá-la. Além disso, ambas as entrevistadas, tanto a gestora quanto a profissional do apoio pedagógico alegaram o pouco tempo disponível para conceder a entrevista, justificando estarem ocupadas com outras atividades da escola.

Na próxima seção, apresentamos, a partir da análise dos dados levantados pela entrevista, à luz das contribuições teóricas das quais lançamos mão nesta pesquisa, as ações que a equipe gestora realiza quanto à utilização e apropriação das avaliações do SADEAM como ferramenta da gestão escolar.

¹¹ Exceto a gestora não autorizou a gravação todavia não justificou os motivos.

2.3 Ações e estratégias realizadas pela equipe gestora para utilização e apropriação das avaliações do SADEAM

As ações e estratégias realizadas pela equipe gestora para a utilização e apropriação das avaliações externas do SADEAM se iniciam com a chegada dos resultados à escola. Neste momento, a gestão exerce papel fundamental no sentido de se apropriar dos dados e informações para em seguida divulgar aos demais profissionais da escola. Segundo Soligo (2010), neste cenário de proposições em torno das avaliações externas, uma das possibilidades de uso dos resultados está diretamente ligada à divulgação no ambiente escolar.

De acordo com a gestora, a divulgação dos resultados do SADEAM nas escolas é realizada pela SEDUC/AM em parceria com o CAEd/UFJF em meados do mês de março. O repasse à gestão escolar ocorre por meio de arquivos de mídia na qual constam as planilhas com os resultados de todas as escolas da Rede Estadual do Amazonas, como as médias de proficiência de cada ano/série e disciplinas avaliadas, mostrando o desempenho discente nos exames em larga escala.

A divulgação acontece também por meio de revistas específicas, nas quais constam os resultados do SADEAM da escola por série, turma e aluno fazendo comparativo em relação às outras escolas da CDE 7 e da Rede Estadual do Amazonas. De acordo com os sujeitos entrevistados, membros da equipe gestora, as revistas, denominadas de Revistas Pedagógicas, chegam à escola de forma impressa em meados do mês de setembro. Entretanto, até a data da realização da entrevista com a gestora, dia 21 de outubro de 2015, as revistas com os resultados do ano de 2014, não haviam chegado até a escola.

Segundo a gestora, as revistas trazem informações detalhadas sobre o desempenho dos alunos da escola, conforme trecho colhido em seu depoimento:

nela constam como cada aluno se saiu nas avaliações em larga escala, se ele está abaixo do básico, se ele é básico, proficiente ou avançado. O SADEAM é excelente, por isso por que ele foca o aluno, em tudo que ele aprendeu (GESTORA. Entrevista concedida em 21 de outubro de 2015).

Vale ressaltar, que em nenhum momento da entrevista tanto com a gestora quanto com o apoio pedagógico, foi mencionado sobre a existência das demais revistas, como a Revista do Sistema de Avaliação e a Revista da Gestão

Escolar que compõem o acervo dos materiais elaborados pelo CAEd/UFJF para a divulgação e apropriação dos resultados do SADEAM, nem mesmo que tais revistas encontram-se disponíveis no site oficial do SADEAM/CEAd. O que demonstra a necessidade de explorar mais os materiais disponíveis no ambiente virtual como ferramenta de apoio para os processos de apropriação do SADEAM na escola.

Além do trabalho de divulgação e repasse dos resultados do SADEAM, promovidos pela Secretaria Estadual de Educação, a coordenadoria a qual a escola está subordinada, realiza reuniões com a equipe gestora para apresentar os dados e fazer análise dos resultados, para que, posteriormente, sejam socializados aos segmentos da comunidade escolar. As reuniões ocorrem, primeiramente, com os gestores na própria coordenadoria, pelo menos uma vez por ano, entre os meses de março e abril, tão logo os resultados são divulgados pela SEDUC/CAEd. O encontro com os demais membros da equipe gestora acontece na própria escola, através da visita dos assessores pedagógicos da CDE 7 à instituição.

Este trabalho de divulgação realizado pela CDE 7 é constatado no depoimento do profissional que atua como apoio pedagógico, o qual afirma:

Quando saem os resultados, a Coordenadoria de Educação trabalha com os seus assessores. Primeiro eles fazem análise com os gestores, depois esses assessores vem até a escola e trabalham com a gente (Núcleo Técnico Pedagógico) a análise dos resultados. Posteriormente, nós preparamos um material, com base nos dados da CDE 7, para apresentação desses resultados, onde é repassado a toda comunidade escolar, professores, alunos e aos pais nas reuniões de pais (APOIO PEDAGÓGICO. Entrevista concedida em 19 de outubro de 2015).

Após a divulgação dos resultados pela CDE 7, a gestora da escola, conforme depoimento do apoio pedagógico, reúne-se com os profissionais que compõem a equipe gestora para analisarem os resultados, a fim de traçarem estratégias para repassá-los aos demais profissionais envolvendo, assim, todos os segmentos da escola. Nesse momento, segundo a entrevistada, é realizado um comparativo com as edições anteriores para verificar os avanços ou retrocessos, conforme fala do apoio pedagógico:

Não é feito bem uma análise, mas sim um comparativo, mostrando se a nossa escola cresceu ou caiu, onde melhorou. Então é feito um estudo, primeiramente de forma geral. A gente até divulga esses resultados aos professores, mas quando chega a revista com a situação detalhada da escola, aí sim, é feito esse material onde é divulgado a toda comunidade (APOIO PEDAGÓGICO. Entrevista concedida em 19 de outubro de 2015).

Como podemos perceber, é por meio da gestora que se iniciam os processos de apropriação das avaliações do SADEAM na escola, uma vez que, a apresentação formal dos resultados é realizada por ela através de reunião com a equipe gestora. A partir disso é feito um estudo preliminar comparativo sobre o desempenho da escola a partir dos primeiros resultados que chegam à instituição. Entretanto, de acordo com o relato do apoio pedagógico, apenas com a chegada das revistas pedagógicas contendo os resultados específicos e detalhados do CETI ZN é que a equipe gestora se organiza para analisar os dados e elaborar materiais para serem divulgados aos professores e demais membros da comunidade escolar. Com isso, segundo ela, os resultados da edição de 2014 só serão trabalhados no início do ano letivo de 2016.

Uma questão que merece atenção constatada na entrevista com a gestora é que a escola não promove momentos de estudo e/ou formação continuada e oficinas sobre a temática das avaliações, pois segundo ela, os responsáveis por promover tais formações são a Secretaria e a Coordenadoria de Educação. Entretanto, a gestora destaca a participação dos professores da escola nessas formações que acontecem, pelo menos duas vezes ao ano, da seguinte forma:

Os professores da escola participam dessas formações, sendo selecionado um representante de cada disciplina. Essas formações, quando promovidas pela SEDUC, acontecem geralmente na própria sede da secretaria de educação. Elas são realizadas por área de conhecimento, por exemplo, quando é para Geografia somente os professores dessa disciplina participam, isto é, são dispensados das atividades escolares. Isso vale também para as demais disciplinas do ensino médio, avaliadas pelo SADEAM. Portanto, os professores da escola participam ativamente dessas formações (GESTORA. Entrevista concedida em 21 de outubro de 2015).

A formação e/ou estudo sobre a temática das avaliações externas se torna uma estratégia imprescindível no âmbito escolar para que, não somente professores, mas fundamentalmente a equipe gestora, se apropriem das avaliações do SADEAM a fim de fortalecer a permanência de uma reflexão profunda e ampliada sobre o significado do uso dos seus resultados como importante instrumento para aprimorar as práticas pedagógicas no contexto escolar.

Segundo Soligo (2010) para transformar a avaliação em larga escala em um projeto de escola, há que se considerar a formação de docentes e técnicos no assunto. Nessa linha de ação, o autor aponta para a necessidade em realizar,

cursos internos, estudos dirigidos, palestras com especialistas e reuniões com explicações e discussões sobre o conjunto da avaliação externa precisam ser realizados. Pois não basta informar sobre a avaliação, faz-se necessário formar opiniões e indivíduos capacitados para problematizar o processo e os resultados (SOLIGO, 2010, p. 7).

Outro aspecto a ser pensado, relacionado à formação, sugerido por Soligo (2010), é o desenvolvimento de grupos de estudo com encontros periódicos com foco na leitura e interpretação das avaliações em larga escala, estes devem se constituir em um fórum permanente e legítimo de discussões e problematizações acerca do desenvolvimento dos processos pedagógicos da escola.

Ainda que se considere avanços, quanto aos processos de utilização e apropriação das avaliações externas no ambiente escolar, muitos problemas e dúvidas persistem e eles necessitam de maiores esclarecimentos. Somente uma equipe gestora com um quadro de professores esclarecidos e informados podem ter condições de trabalhar com os dados disponibilizados pelas avaliações do SADEAM.

Após a realização da formação e oficinas de apropriação dos resultados do SADEAM promovidas pela SEDUC-AM e CDE 7, a escola realiza, conforme depoimento da gestora, um momento de estudo, que consiste no repasse das informações pelos professores que participaram da formação externa aos demais docentes da escola. Os estudos acontecem, geralmente, segundo a entrevistada, dois dias após a formação e são realizados no laboratório de informática ou na sala de reuniões da escola. Entretanto, não há registro em ata ou qualquer outro documento oficial da escola referente ao desenvolvimento dessa ação, a não ser a informação prestada pela gestora.

Sobre a realização desse estudo que acontece na escola, a gestora afirma que esse processo se dá da seguinte forma:

Quando os professores chegam da formação nós fazemos um momento de estudos. Os professores divulgam, repassam as informações aos demais professores, como multiplicadores. Eu não participo das formações, pois elas são destinadas aos professores, mas realizamos esse momento de estudo na escola. (GESTORA. Entrevista concedida em 21 de outubro de 2015).

Mesmo que algumas oficinas promovidas pela SEDUC e CDE 7 sejam direcionadas aos professores, conforme a fala da gestora, o envolvimento e a participação desse profissional nas formações voltadas aos processos de

apropriação dos resultados do SADEAM, torna-se fundamental para o planejamento coletivo das ações pedagógicas no contexto escolar. O gestor deve exercer sua liderança enquanto coordenador e mediador do projeto pedagógico e demais atividades desenvolvidas na escola. Por isso, sua participação nesses encontros se torna essencial. Essa questão nos remete à pesquisa de Polon (2009), a partir dos resultados obtidos nas escolas participantes do Projeto Geres¹², em que a autora associa o perfil de liderança pedagógica do gestor ao bom desempenho nas escolas.

Segundo a autora, as escolas que apresentam melhores resultados em termos de proficiência discente, nos exames em larga escala, têm como característica a presença de diretores e membros de equipes de gestão que valorizam a discussão pedagógica na prática escolar, fazendo com que as reuniões e os espaços de encontros sejam efetivamente espaços voltados para o pedagógico.

Diante disso, a participação e o envolvimento do gestor junto à equipe de coordenadores pedagógicos e professores, nos momentos de discussão e reflexão do fazer pedagógico, neste caso, nos encontros sobre a temática das avaliações externas, constitui-se em um caminho para conseguir melhores resultados e promover a formação e aprendizagem com mais qualidade e equidade aos seus alunos.

Uma das ações desenvolvidas pela equipe gestora, identificadas através das entrevistas, voltadas para a melhoria do desempenho dos alunos nos exames em larga escala é a realização de simulados. Segundo Silva (2013), a utilização de simulados consiste em uma prática recorrente nas escolas é, certamente, um tipo de apropriação que tem se destacado em relação ao uso da avaliação por professores e escolas. O autor aponta dois objetivos de usos distintos, ainda que não excludentes, para a utilização dos simulados.

O primeiro diz respeito à possibilidade de treinar os alunos para realização das provas, como exemplo, o preenchimento do gabarito e das rotinas específicas da avaliação externa tais como o tempo de prova, professor aplicador, caderno de perguntas, folhas de respostas, etc. Já o segundo objetivo consiste em

¹² Projeto Geres – Estudo Longitudinal da Geração Escolar 2005 – trata-se de uma pesquisa realizada em 2005 e 2009 em cinco grandes centros urbanos brasileiros – Belo Horizonte/MG, Campinas/SP, Salvador/BA, Campo Grande/MS e Rio de Janeiro/RJ com o objetivo de acompanhar a evolução da aprendizagem de Leitura e Matemática de alunos do início do ensino fundamental. Disponível em: <http://www.ppgp2013.caeduff.net/file.php/128/perfis_de_lideranca.pdf>. - Acesso em: 13 ago 2015.

identificar os conhecimentos que precisam ser mais trabalhados em sala de aula. Este objetivo revela um maior potencial pedagógico pelo fato de disponibilizar, em um espaço reduzido de tempo, os resultados alcançados pelos alunos via simulado, proporcionando informações relevantes para o planejamento das atividades docentes (SILVA, 2013).

Nesse contexto, conforme os relatos das profissionais entrevistadas, existem três tipos de simulados realizados na escola. O simulado promovido pela SEDUC-AM, pela CDE 7, em que ambas as instâncias são responsáveis pela sua elaboração e aplicação, e o simulado específico da escola. No caso do simulado promovido pela escola, a gestora explica como ocorre, através do seguinte depoimento:

A escola elabora os simulados como também se apropria dos simulados do ano anterior do SADEAM. Os alunos fazem em média os simulados a cada quinze dias no laboratório de informática. A professora de mídia¹³ que elabora e realiza esses simulados através de pesquisas em sites. Na verdade, há um trabalho com as avaliações externas de forma geral. A gente pesquisa material do SADEAM, ENEM, SIS¹⁴, PSC¹⁵, para preparar os alunos. Existe um banco de dados com questões de simulados. Os simulados acontecem quando há ausência de professores, mas, principalmente, no intervalo do almoço, no horário de 12 às 13 horas (GESTORA. Entrevista concedida em 21 de outubro de 2015).

Outra ação, no campo da divulgação e análise dos dados do SADEAM junto à comunidade escolar, promovida pela equipe gestora, é a socialização dos resultados aos alunos e seus familiares. Segundo a gestora, a divulgação para os alunos acontece primeiramente por meio de reunião realizada no auditório da escola com a participação de todas as turmas do ensino fundamental e ensino médio. Em seguida, a gestora desenvolve um trabalho periódico de visita as salas de aula, por turma, para tratar dos resultados das avaliações externas diretamente com os alunos. Segundo ela, são apresentados os resultados da escola das edições anteriores mostrando a importância das avaliações para a aprendizagem dos alunos.

¹³ Profissional lotado na escola para exercer as atividades pertinentes aos ambientes de mídias (TV Escola e Laboratório de Informática) responsável, dentre outras, por zelar pela guarda e conservação dos equipamentos, bem como, acompanhar e dar suporte técnico e pedagógico as ações dos professores desenvolvidas nesses ambientes.

¹⁴ Sistema de Ingresso Seriado (SIS) da Universidade Estadual do Amazonas (UEA), constitui em um programa que avalia o desempenho dos candidatos ao ensino superior de graduação da UEA, a partir do aproveitamento em cada uma das séries do ensino médio, por meio da aplicação de provas anuais. Disponível em: <<http://www2.uea.edu.br/ingresso.php?dest=sisApr>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

¹⁵ Processo Seletivo Contínuo (PSC) é a forma de ingresso na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). A seleção é feita em uma avaliação seriada e contínua nas três séries do ensino médio. Quarenta por cento das vagas dos cursos da UFAM são reservadas para o PSC, que serão preenchidas pelos candidatos selecionados, os quais ingressarão, assim, sem necessidade de vestibular. Disponível em: http://www.comvest.ufam.edu.br/psc_1.htm, Acesso em: 20 nov. 2015.

Tal ação é confirmada pelo apoio pedagógico ao afirmar que a gestora vai muito nas salas de aula para explicar sobre as avaliações em larga escala com todas as turmas” (APOIO PEDAGÓGICO. Entrevista concedida em 19 de Outubro de 2015).

Sobre a divulgação dos resultados aos familiares, a gestora afirma que essa ação é realizada através de reunião de pais específica para tratar do SADEAM como também para apresentar os resultados do IDEAM. Todo o processo que envolve a realização dessas reuniões, pode ser constatado em seu depoimento:

Nas reuniões de pais também são mostrados os resultados no simulado de forma geral e por aluno. Os dados na sua maioria são apresentados por meio de gráficos mostrando comparativos com outras escolas da CDE 7 e da Rede Estadual, mostrando também o ranking identificando quem está em 1º, 2º ou 3º lugar entre as escolas. As reuniões contam com a participação efetiva dos pais e/ou responsáveis tanto dos alunos do ensino fundamental quanto do ensino médio. Nesse dia, as aulas acontecem até meio dia e a partir disso os alunos são liberados, ou seja, no período da manhã aula normal, e a tarde reunião com os pais (GESTORA. Entrevista concedida em 21 de outubro de 2015).

Segundo a própria gestora, esse formato de reunião de pais não prevê a suspensão de aulas. Isto é possível, uma vez que, as escolas de tempo integral dão oportunidade de promover tais reuniões sem ter que suspender, por completo, as atividades escolares, em função da jornada escolar ampliada.

Uma questão que merece destaque observada a partir do depoimento da gestora refere-se à utilização de critérios de classificação, ou seja, o estabelecimento de *ranking* entre as escolas. Sobre isso, ancoramos nos pressupostos apresentados por Vianna (2003) quando aponta para os problemas ocasionados pela utilização de *ranking* para fins de divulgação das avaliações. Segundo o autor:

A avaliação não deve utilizar critérios de classificação das escolas (ranking), segundo o desempenho da instituição, para fins de divulgação e conhecimento público das que poderiam ser consideradas como sendo as melhores, em função de seus resultados. As possíveis e reduzidas vantagens do ranking no desenvolvimento de uma nova cultura da avaliação acabam por ser superadas por uma problemática bem mais complexa, que é a geração de uma competitividade negativa no interior da instituição (VIANNA, 2003, p. 18-19).

Realizar comparações a partir dos resultados das avaliações, estabelecendo o ranqueamento entre as escolas, conforme constatado anteriormente no depoimento da gestora, pode-se tornar algo lesivo à solução de problemas educacionais. Pode ocasionar, ainda, uma interpretação superficial ou até

mesmo generalizada dos dados, ignorando importantes diferenças regionais e locais sem perceber o contexto que envolve a realidade pedagógica, ou seja, como é o cotidiano de cada rede de ensino e de cada escola. Há determinantes sociais, econômicos, culturais que têm impactos no processo avaliativo e que, via de regra, são desconsiderados pelos procedimentos padrões nas avaliações de sistemas de ensino (SOUZA, 2007, p. 69).

Em relação ao contexto que envolve os processos de apropriação dos resultados das avaliações do SADEAM desenvolvidos pela escola, novamente aportamos a Vianna (2003), quando chama a atenção sobre o que fazer com os dados produzidos pelas avaliações. Assim, de acordo com o autor,

as avaliações de sistemas levantam um número considerável de informações que nem sempre são tratadas adequadamente. É necessário que se decida a priori o que fazer com os dados, sobretudo porque, tendo em vista o destino escolhido, a decisão tomada vai influenciar de modo considerável o planejamento da própria avaliação (VIANNA, 2003, p. 23).

Corroborando com o pensamento de Vianna (2003), Sousa e Oliveira (2010) afirmam estar havendo acúmulo de grande quantidade de informações produzidas pelos sistema de avaliação em larga escala marcadamente focadas no desempenho dos estudantes e que não há evidências de que essas informações estão sendo utilizadas de maneira consistente. Sendo assim, a utilização das informações e dados produzidos pelas avaliações de maneira eficaz como ferramenta para qualificar as ações pedagógicas e de gestão no contexto escolar, torna-se um desafio ainda maior, sobretudo para a equipe gestora, na busca pela melhoria do desempenho estudantil.

Ainda sobre a questão apontada por Vianna (2003), Sousa e Oliveira (2010), no que diz respeito ao que fazer com a quantidade de dados e informações produzidas pelas avaliações externas, percebe-se, por meio das entrevistas com os sujeitos, membros da equipe gestora, uma certa dependência da escola em relação aos materiais de divulgação e análise do SADEAM, tais como tabelas e gráficos, que são produzidos e repassados através de reuniões e encontros de formação tanto pela SEDUC/CAEd como pela CDE 7. Assim, as ações de análise dos resultados das avaliações realizadas pelo CETI ZN parecem estar subordinadas, em grande medida, aos materiais elaborados pelas instâncias central e intermediária. Por outro lado, a partir da chegada dos resultados do SADEAM à escola, percebemos o

interesse e esforço da equipe gestora para que os resultados sejam divulgados aos professores, alunos e familiares.

Dessa forma, por meio das entrevistas, foi possível constatar que, após todo o processo de utilização e apropriação do SADEAM, que se iniciam com a chegada dos resultados, seguidos da compreensão e análise pela equipe gestora para, posteriormente, serem divulgados aos demais segmentos da escola, é realizado um trabalho mais direcionado para seu uso no contexto da sala de aula promovido pela equipe gestora e professores, utilizando os descritores no planejamento pedagógico escolar. Assim, na próxima seção, discorreremos como ocorrem as ações que envolvem a relação entre a organização do tempo e a elaboração do planejamento escolar a partir das avaliações do SADEAM.

2.4 Organização do tempo e planejamento escolar

Conforme descrevemos no primeiro capítulo, as escolas de tempo integral, neste caso o CETI ZN, lócus da pesquisa, dispõe de alguns elementos que as diferenciam das demais escolas de ensino regular da Rede Pública Estadual. Além da jornada escolar ampliada, que proporciona maior tempo para organização e planejamento das atividades escolares, a escola dispõe de espaços físicos adequados para elaboração de ações voltadas para o aprimoramento das práticas pedagógicas ligadas à aprendizagem dos alunos.

Vale ressaltar, que além do tempo e espaço que as escolas de tempo integral dispõem para o desenvolvimento das ações e práticas pedagógicas, existe também a chamada Hora de Trabalho Pedagógica (HTP)¹⁶. A partir do ano letivo de 2013, a Secretaria de Educação, em cumprimento a Lei Nº 11.738/2008¹⁷ (BRASIL, 2008), implementou nas escolas da Rede Estadual 1/3 da carga horária do professor para atividades extraclasse. Assim, o profissional com carga horária de 40 horas semanais, critério esse utilizado inclusive para lotação docente nas escolas de

¹⁶ Carga horária do professor em função docente destinada, de acordo com a proposta pedagógica da escola, a preparação e avaliação do trabalho didático, a formação continuada, a colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, a articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional (Lei nº 3.951 de 04.11.2013 que institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores da SEDUC/AM) (AMAZONAS, 2013b)

¹⁷ Lei Federal que estabelece a criação do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) para os profissionais do magistério público da educação básica.

tempo integral¹⁸, tem disponível 26 horas para atividades de interação com os estudantes em sala de aula e 14 horas para o desenvolvimento de atividades extraclasse. Além disso, a escola dispõe, segundo o apoio pedagógico, de uma hora diária¹⁹ no final do contraturno para desenvolvimento de atividades diversas, tais como a HTP dos professores, reuniões administrativas e pedagógicas. Com isso, o planejamento escolar passou a ser realizado na escola semanalmente disponibilizando maior tempo aos professores para organizarem e melhor planejarem suas ações com foco na melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes.

Diante desse contexto, como primeira ação de planejamento escolar, o CETI ZN se organiza para elaborar o Plano de Gestão, conforme depoimento da gestora:

Todo início do ano letivo a equipe gestora e professores se reúnem para elaborar coletivamente o Plano de Gestão Escolar. O plano representa o direcionamento das ações que serão desenvolvidas no decorrer do ano pela escola. Esse plano é divulgado a toda a comunidade escolar. Os pais sabem as metas da escola (GESTORA. Entrevista concedida em 21 de outubro de 2015).

No Plano de Gestão, de acordo com análise documental, constam dentre outros, os objetivos e metas que a escola pretende alcançar com destaque para os de caráter pedagógico, que são apresentadas as metas voltadas para a melhoria do desempenho e a participação discente nas avaliações externas, tais como SADEAM, Prova Brasil, ENEM, PSC e SIS, além do Plano de Ação Pedagógico, onde estão definidas as ações, os responsáveis pela execução e o período a ser realizada. Em relação as metas para o SADEAM, é importante destacar que, o referido plano não especifica como e quais indicadores (proficiência média e/ou padrões de desempenho) serão utilizados como meta para elevar os índices da escola nas avaliações. Desse modo, as metas são apresentadas no Plano de Gestão de forma generalizada.

Sobre a iniciativa da gestora em mobilizar a escola para o planejamento de ações coletivas, concordamos com Machado (2012) quando afirma ser indispensável que a gestão escolar pautasse as reuniões pedagógicas, assim como as

¹⁸ De acordo com a Instrução Normativa nº 002/2014 da SEDUC/AM, a prioridade de lotação em escolas de tempo integral é para os professores que possuem o cargo de 40 horas semanais (AMAZONAS, 2014d).

¹⁹ O horário escolar envolvendo as atividades com os alunos nas escolas de tempo integral ocorrem de 07h às 16h. A partir disso, permanecem na escola até às 17h a equipe gestora, professores e demais servidores administrativos.

ações de planejamento para provocar os profissionais da escola, principalmente os professores, no sentido de estabelecer uma reflexão acerca dos fatores que explicam a dinâmica do desempenho dos alunos, neste caso, as avaliações padronizadas em larga escala.

Outra ação envolvendo a utilização das avaliações externas do SADEAM é o planejamento escolar dos professores. Essa ação acontece assim que os dados da avaliação estadual chegam à escola por meio da divulgação e análise promovida pela CDE 7. Assim, os professores utilizam os resultados para elaboração do planejamento escolar. Segundo relato do apoio pedagógico, o planejamento do professor é realizado com base na proposta curricular e na matriz de referência para trabalhar os descritores. Desse modo, a escola toma conhecimento em quais descritores os alunos apresentaram maiores dificuldades através da matriz de referência, conforme depoimento da entrevistada:

Nosso planejamento, desde o início do ano, é voltado às questões das avaliações em larga escala. É claro que o planejamento do professor é feito com base na proposta curricular, pois não podemos deixar a proposta de lado, mas também utilizamos como suporte a Matriz de Referência para trabalhar a questão dos descritores (APOIO PEDAGÓGICO. Entrevista concedida em 19 de outubro de 2015).

Percebe-se, pelo depoimento do apoio pedagógico, que a escola desenvolve um trabalho a partir dos resultados das avaliações externas. Dessa forma, o planejamento do professor está ancorado na proposta curricular, na matriz de referência e nos descritores. Segundo Silva (2013), a utilização dos descritores e/ou das Matrizes de Referência das avaliações externas no planejamento de atividades dos professores, é uma prática recorrente nas escolas, embora ocorram dificuldades nessa aplicação. O autor afirma, ainda, que, muitas vezes, há uma orientação da própria Secretaria de Educação ou mesmo de gestores de escola e coordenadores pedagógicos para que os professores elaborem seus planejamentos empregando os descritores e/ou Matrizes de Referência das avaliações externas nas disciplinas avaliadas pelo sistema de avaliação. Como é o caso do CETI ZN, na qual a equipe gestora, de acordo com informações obtidas por meio das entrevistas, realiza um trabalho de orientação e acompanhamento dessa ação de planejamento docente.

De acordo com o depoimento da gestora, a escola também realiza, por meio do trabalho conjunto entre a equipe gestora e professores, o Plano de Intervenção. Esse plano é elaborado a partir da análise dos simulados promovidos pela SEDUC e CDE com foco nos descritores que os alunos obtiveram menores índices de acertos. Assim, o trabalho consiste na realização do diagnóstico dos dados obtidos por meio dos simulados, tendo como base os descritores. Essa ação, segundo a gestora, conta com o apoio da professora de mídia que se encarrega de fazer a tabulação dos resultados com os descritores, depois é passado a equipe gestora para, em seguida, ser trabalhado com os professores na elaboração do Plano de Intervenção.

É importante ressaltar, baseado nos depoimentos coletados nas entrevistas, que a professora de mídia exerce papel importante junto às ações de apropriação e utilização dos resultados do SADEAM desenvolvidos no CETI ZN, tanto na elaboração dos simulados quanto na tabulação dos descritores em que os alunos apresentam maiores dificuldades para o plano de intervenção. Isso nos leva a concluir que, através da união e compromisso docente, é possível realizar um trabalho em equipe voltado para a melhoria das práticas docentes no contexto da sala de aula.

Segundo Silva (2013), a utilização dos resultados das avaliações externas para formulação de Planos de Ação e/ou de Intervenção, se constitui em uma prática realizada na maior parte das escolas. O autor afirma, ainda que, a realização desses planos costuma se dar a partir de uma demanda das Secretarias de Educação, ainda que sem parâmetros muitos claros, restando às escolas a escolha de como o plano será elaborado e executado.

Seguindo essa lógica, conforme afirmação da gestora, o plano de intervenção é monitorado, no âmbito da Secretaria de Educação, pela CDE 7. Na escola, pela equipe gestora, responsável pelo acompanhamento do planejamento, sobretudo, na sua implementação nos diários de classe dos professores. Entretanto, considerando o esforço da equipe gestora para o desenvolvimento de ações voltadas para as avaliações do SADEAM, existem muitas dificuldades e desafios a serem superados para a utilização e apropriação dos resultados, como veremos na próxima seção.

2.5 Dificuldades e desafios quanto a utilização e apropriação das avaliações externas no contexto escolar

Os dados gerados pelas avaliações em larga escala apontam dificuldades e desafios, tanto para gestão da escola quanto na atuação do professor no cotidiano da sala de aula, o que demanda um trabalho conjunto dos sujeitos envolvidos no processo educativo para estabelecer as ações e prioridades que serão (re) planejadas a partir da leitura e interpretação desses dados.

No que tange às dificuldades e desafios inerentes aos processos de utilização e apropriação das avaliações externas pela equipe gestora do CETI ZN, evidenciou-se, nos depoimentos coletados por meio das entrevistas, alguns obstáculos enfrentados pela escola para que os resultados das avaliações do SADEAM sejam utilizados de maneira que os alunos possam obter melhor desempenho nos exames. Entre as dificuldades constatadas, a partir das entrevistas, estão: a demora da chegada dos resultados do SADEAM na escola; a rotatividade dos professores; as dificuldades dos professores em compreender a linguagem técnica das avaliações; as oficinas de apropriação com temas desconexos das necessidades da escola; além de outros fatores que contribuem para que a escola não se aproprie do SADEAM de forma mais efetiva e, consequentemente, não alcance melhores resultados nas avaliações externas. Para facilitar a compreensão, descreveremos cada um dos itens referentes às dificuldades e desafios enfrentados pelo CETI ZN, apresentados nesta seção.

Falhas na política de divulgação do SADEAM estão entre os problemas identificados na pesquisa por meio das entrevistas. A demora na divulgação dos resultados por parte da Secretaria de Educação foi apresentada como um empecilho para que a escola realize um trabalho focado no desempenho de seus alunos. Questionada sobre as dificuldades na utilização e apropriação dos resultados do SADEAM na escola, o apoio pedagógico, assim respondeu:

Acredito que seja o tempo que os resultados chegam na escola. Se chegassem no mês de fevereiro ou março os resultados com o desempenho dos nossos alunos por descritores daria para realizar um trabalho no decorrer do ano, mas sempre recebemos a partir do segundo semestre. Então realizamos o trabalho de divulgação e análise apenas para o próximo ano. Por exemplo, no início do ano de 2016, na primeira reunião de pais, é que serão passados os resultados de 2014. É aí que eu te digo que está o atraso, em função da demora da chegada dos resultados a escola por meio

das revistas (APOIO PEDAGÓGICO. Entrevista concedida em 19 de outubro de 2015).

Como podemos perceber, por meio do depoimento do apoio pedagógico, há demora na entrega dos resultados do SADEAM à escola e esta demora está associada à distribuição das revistas pedagógicas contendo os resultados específicos do CETI ZN, fazendo com que a equipe gestora deixe de desenvolver um trabalho mais atualizado em relação aos resultados com as turmas avaliadas na edição anterior.

Referente a essa questão, Brooke e Cunha (2011) expõem algumas críticas em relação ao atraso na divulgação dos resultados das avaliações externas. Segundo os autores, os Boletins Pedagógicos com os resultados costumam chegar às escolas com certo atraso, dificultando a conexão entre os resultados apresentados e o tipo de intervenção necessária. Associado a isso, está também a irregularidade, por parte da Secretaria de Educação, em relação às datas de entrega dos materiais do SADEAM para a escola. Isso foi percebido durante a entrevista com o apoio pedagógico ao demonstrar dificuldade em responder sobre a data de chegada desses materiais ao CETI ZN, conforme depoimento:

A chegada dos resultados do SADEAM à escola variam muito, não tem uma data muito certa. Acredito que eles chegam entre março e abril. É mais ou menos nesse período que as tabelas com os resultados gerais das escolas chegam. Já as revistas, isso aí que demora mesmo. Parece que desse ano ainda nem chegou. A gestora pode te informar melhor quando elas chegam (APOIO PEDAGÓGICO. Entrevista concedida em 19 de outubro de 2015).

Nesse sentido, concordamos com Sousa e Oliveira (2010), quando afirmam que a publicização dos resultados das avaliações externas não é feita com a periodicidade prevista, ou seja, com a mesma frequência que se aplicam os testes. Isso pode ocasionar inclusive a perda da credibilidade, junto àqueles que seriam os mais interessados (gestores, pedagogos e professores) pela sua utilização e apropriação no âmbito escolar.

Outro problema, identificado na pesquisa através das entrevistas, que por sua vez influencia diretamente nos processos de apropriação dos resultados das avaliações externas, mais precisamente do SADEAM, é a rotatividade dos professores. Segundo relato do apoio pedagógico, a rotatividade ocorre porque a maioria dos professores que chegam à escola são do Processo Seletivo Simplificado

(PSS), ou seja, são professores contratados temporariamente pela Secretaria de Educação para trabalharem nas escolas, sendo que, ao término do contrato, são desligados da Rede Estadual de Ensino. Quanto às causas da lotação de professores pelo PSS à escola, isso ocorre, muitas vezes, pelo fato de o CETI ZN estar localizado em uma área de difícil acesso, situada na periferia da cidade, ocasionando a ida desses profissionais que em função do regime de contrato que exercem junto à secretaria, não tem muita opção de escolha em relação ao local que desejam trabalhar.

Sobre os problemas causados pela rotatividade dos professores aos processos de apropriação dos resultados das avaliações externas, o apoio pedagógico, explica:

A questão da rotatividade dos professores é um dos grandes problemas até para a questão da apropriação dos resultados. Na verdade, se a rotatividade de professores fosse menor, seria mais fácil para nós da equipe gestora trabalhar os resultados do SADEAM, uma vez que a cada escola que o professor muda ele vai ter que se apropriar dos resultados daquela escola. Então chega um professor novo ele não tem um conhecimento de como a turma está, diferente do professor que está na escola por mais tempo (APOIO PEDAGÓGICO. Entrevista concedida em 19 de outubro de 2015).

De acordo com o relato do apoio pedagógico, os professores que permanecem na escola por mais tempo adquirem um conhecimento sobre as avaliações em função do trabalho de divulgação e análise dos dados do SADEAM promovidos pela equipe gestora. Espera-se, com isso, que o docente consiga maior apropriação na medida em que sua inserção na escola e tempo de experiência aumentam. Em contrapartida, segundo ela “existem professores que chegam à escola sem nenhum conhecimento sobre os descritores. Alguns informam que até ouviram falar, mas não conseguem explicar” (APOIO PEDAGÓGICO. Entrevista concedida em 19 de outubro de 2015).

Este fato evidenciado na pesquisa nos remete a outra percepção quanto aos processos de apropriação dos resultados das avaliações externas que são as dificuldades, por parte dos educadores, em compreender a linguagem técnica das avaliações, apontadas anteriormente, neste capítulo, por Souza e Oliveira (2010) quando tratam sobre as dificuldades das escolas de compreender e interpretar os resultados das avaliações em larga escala.

Nesse sentido, concordamos com Machado (2012) quando chama atenção sobre a importância do trabalho da gestão escolar, neste caso representado

pelo diretor e coordenador pedagógico, para viabilização, coordenação e articulação no sentido de buscar mecanismos que possibilitem a superação desses obstáculos, muitas vezes, decorrentes da própria estrutura e organização do sistema de avaliação em larga escala.

Outra questão observada durante as entrevistas refere-se às oficinas de apropriação dos resultados do SADEAM promovidas pela SEDUC/CAEd, cujo os temas apresentados, muitas vezes, encontram-se desconexos às necessidades da escola. Apesar de informar ter participado de apenas uma formação (Oficina), desde que começou a trabalhar na escola, em 2012, o que podemos considerar um problema, tendo em vista que tais oficinas, segundo ela, acontecem pelo menos uma vez por ano, o apoio pedagógico apresentou críticas referentes aos conteúdos das formações e seus benefícios para apropriação dos resultados do SADEAM à escola:

As oficinas acontecem todo ano. Este ano de 2015 participei de uma oficina de apropriação de resultados específica para o corpo técnico pedagógico da escola, com o pessoal de fora, do CAEd, responsáveis pela elaboração das avaliações. Na formação foram realizados muitas palestras, foram 3 dias de encontros, o dia todo. Foi bem cansativo. Ocorreu no auditório da Secretaria de Educação. Os formadores trabalharam dividindo as turmas por área de conhecimento como de exatas, humanas e linguagens. O que eles trouxeram de material foi praticamente zero. Na verdade, foi muita informação em slides. E quando passou para a parte de como trabalhar, como levar para o professor, como trabalhar os resultados das avaliações do SADEAM com os alunos, a questão até de metodologia mesmo, eles não nos trazem coisas novas. Eles pedem para relatar como que vocês trabalham na escola. Então se a minha escola ficou no padrão de desempenho Básico é por que a forma que nós estamos trabalhando não está dando certo, a gente espera coisas novas. Eu fui para lá como uma expectativa. Pensei que durante esses três dias iríamos trabalhar oficinas para elaboração de itens, mas não houve lá. As oficinas de elaboração de itens que tivemos foram elaboradas pela coordenação, mas que os professores também vem de lá dizendo que não teve também novidades. O treinamento é bom para aquele professor que nunca viu. Já para aquele que tem conhecimento e quer coisas novas que ajudem, elas sempre deixam a desejar (APOIO PEDAGÓGICO. Entrevista concedida em 19 de outubro de 2015).

A partir do depoimento do apoio pedagógico, foi possível identificar possíveis falhas também na política de formação, promovidas pela Secretaria de Educação e pelo CAEd, voltadas para as oficinas de apropriação dos resultados. A entrevistada mostrou-se insatisfeita com os temas trabalhados nas oficinas por não trazerem, segundo ela, novidades para quem já tem uma base de conhecimento sobre a temática das avaliações externas, exceto para aqueles que nunca tiveram contato com o tema. Nesse sentido, o apoio pedagógico afirma que,

as oficinas oferecem formação específica para o SADEAM. Os formadores mostram os resultados e como devemos fazer a análise. Na verdade, não gostei. Não teve novidades do que eu já conhecia em relação as informações repassadas pela gestora. Não acrescentou em nada do que eu já sabia” (APOIO PEDAGÓGICO. Entrevista concedida em 19 de outubro de 2015).

A entrevistada aponta ainda a necessidade de oficinas específicas para elaboração de itens. Segundo ela, a elaboração de itens é uma grande dificuldade dos professores. Portanto, é algo que precisa ser melhorado e que na oficina em que participou, esta questão não foi abordada.

Embora não seja este o foco da pesquisa em analisar a eficácia das oficinas de apropriação de resultados promovidas pela SEDUC/CAEd, entendemos que a definição dos conteúdos, bem como a forma em que são abordados por elas, são fundamentais para que equipe gestora e professores compreendam os processos que envolvem o uso das avaliações do SADEAM e possam utilizar de forma apropriada e eficiente, uma vez que, estão associados diretamente aos processos de apropriação no contexto escolar.

Quanto aos desafios, identificados por meio das entrevistas, para que o CETI ZN possa aprimorar as ações referentes aos processos de apropriação e utilização dos resultados das avaliações do SADEAM com o intuito de qualificar suas práticas pedagógicas, com vista a melhoria do desempenho discente, dizem respeito a promoção de encontros para formação e/ou estudo, além de oficinas de apropriação de resultados. Essa questão é confirmada a partir da fala da gestora quando diz que “ o que a equipe gestora poderia promover para melhorar a apropriação dos resultados das avaliações externas na escola seria a formação e oficinas sobre o SADEAM aos professores” (GESTORA. Entrevista concedida em 21 de outubro de 2015).

Diante do exposto, o próximo capítulo tem por objetivo apresentar uma proposta de intervenção ao CETI ZN, com o intuito de institucionalizar, no âmbito da escola, um momento de estudo para a apropriação dos resultados do SADEAM, embasado em proposições que buscam aprimorar as ações desenvolvidas pela escola com a finalidade de melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes.

III. PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL (PAE): PROPOSTA DE APRIMORAMENTO PARA A APROPRIAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DO SADEAM À ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

O presente trabalho buscou investigar como a equipe gestora de uma escola de educação em tempo integral, sob a jurisdição da Coordenadoria Distrital de Educação 7 (CDE 7), localizada na cidade de Manaus, utiliza e se apropria dos resultados do SADEAM como instrumento para subsidiar suas práticas pedagógicas e de gestão no ambiente escolar, tendo como referência o desempenho discente apresentado na disciplina de Geografia, no ensino médio, no período de 2012 a 2014.

Através dos dados coletados por meio de entrevista com roteiro semiestruturado com a gestora e o apoio pedagógico da escola, assim como a análise de documentos oficiais da própria instituição, tais como o Projeto Político Pedagógico e o Plano de Gestão, foi possível verificar como a equipe gestora recebe e se apropria dos resultados do SADEAM, como tem socializado esses dados ao corpo docente para que compreendam como importantes recursos a serem utilizados para orientar suas práticas em sala de aula e como tem ocorrido seu repasse aos alunos e familiares. Assim, o objetivo da entrevista foi de coletar informações relativas à forma como os profissionais que compõem a equipe gestora da escola em análise tem utilizado e se apropriado das avaliações externas e como isso tem influenciado no cotidiano do trabalho escolar.

Neste capítulo, será apresentado um Plano de Ação Educacional (PAE) por meio de uma proposta de aprimoramento dos processos de apropriação e análise dos resultados das avaliações externas do SADEAM na escola pesquisada, o Centro de Educação em Tempo Integral (CETI ZN), fundamentada na leitura de teóricos sobre a temática das avaliações externas, voltada especificamente para a equipe gestora, neste caso, constituída pelo gestor, coordenador pedagógico, apoios pedagógicos e os professores coordenadores de áreas (Exatas, Humanas e Linguagens), conforme consta no PPP da escola.

É importante ressaltar que, embora a pesquisa tenha sido realizada em apenas uma escola de educação em tempo integral da Rede Pública Estadual do Amazonas, sendo que atualmente a rede conta com 54 escolas sendo, 41 EETIs e 13 CETIs, das quais 07 oferecem o ensino médio, e estão localizadas em Manaus,

a proposta de intervenção apresentada poderá ser implementada nas demais instituições que oferecem essa modalidade de ensino, primeiro por não representar maiores custos para a Secretaria e Coordenadorais Distritais e Regionais de Educação, a não ser o interesse por parte da equipe gestora em aceitar a proposta para viabilizar sua implementação na escola. Além disso, pelo fato de essas escolas apresentarem alguns elementos que as diferenciam das demais pertencentes à Rede Estadual de Ensino, como a jornada escolar ampliada, o que possibilita a organização do trabalho pedagógico quanto ao espaço e ao tempo de aprendizagem.

Durante o processo de investigação desta pesquisa, constatamos alguns problemas e dificuldades quanto à utilização e à apropriação das avaliações do SADEAM pela equipe gestora. Algumas, inclusive no âmbito da gestão central da Secretaria de Educação, tanto de ordem administrativa quanto voltadas para a política do sistema de avaliação externa estadual, o que por sua vez estão além das possibilidades de a escola intervir diretamente. Entre os principais problemas, descritos de forma mais detalhada no capítulo anterior estão, a demora da chegada dos resultados à escola, a rotatividade dos professores, as dificuldades dos professores em compreender a linguagem técnica das avaliações, as oficinas de apropriação com temas desconexos às necessidades da escola, além de outros fatores, como a dependência da escola em relação aos materiais de divulgação e análise (tabelas e gráficos) das avaliações produzidos pela SEDUC/CAEd e CDE 7, o desconhecimento de materiais (Revistas do Sistema de Avaliação e do Gestor Escolar) disponibilizados pelo sistema de avaliação estadual, apresentação de forma generalizada das metas de melhoria dos resultados do SADEAM a escola e ausência de estudo, formação continuada e/ou oficinas no âmbito da escola sobre a temática das avaliações externas. O que contribuem para que a escola não se aproprie de forma mais efetiva e, conseqüentemente, não alcance melhores resultados nas avaliações externas.

O objetivo maior deste PAE é estabelecer, no âmbito escolar, uma cultura de avaliação voltada para apropriação e análise dos resultados do SADEAM para que os sujeitos do processo educativo utilizem esses dados como subsídio para melhorar suas práticas pedagógicas e de gestão a fim de elevar o desempenho dos alunos em termos de resultados.

Neste intento, o gestor escolar, elemento central da equipe gestora, exerce um papel fundamental no desenvolvimento de ações que visam à melhoria do processo ensino-aprendizagem capaz de promover por meio de uma gestão democrática e participativa um ambiente favorável para a aprendizagem do aluno e, conseqüentemente, melhorias no desempenho global da instituição.

Dessa forma, o gestor deve atuar como o grande líder e articulador no modelo de gestão democrática e participativa, no sentido de orientar todas as ações e projetos direcionados para melhorar a qualidade de ensino, assegurando o sucesso escolar. Assim, cabe ao gestor exercer uma liderança capaz de estimular a participação e o envolvimento de todos os segmentos que fazem parte da comunidade escolar a utilizarem o seu potencial na promoção de um ambiente positivo, orientado para a aprendizagem e construção do conhecimento objetivando sempre a qualidade de ensino.

Cabe destacar que, assim como o gestor, os demais profissionais que fazem parte do Núcleo Técnico e Pedagógico, exercem papel fundamental e estratégico nos processos que envolvem a coordenação, elaboração, execução, acompanhamento e avaliação das ações e planejamentos pedagógicos desenvolvidos na escola visando à melhoria do desempenho acadêmico dos alunos por meio de um ensino-aprendizagem de qualidade.

Diante destas questões, o presente PAE está direcionado para atuação da equipe gestora como promotora de ações que visam melhorar a utilização dos resultados das avaliações externas. Neste sentido, o plano se propõe a reestruturar as ações e competências do Núcleo de Direção e Núcleo Técnico Pedagógico através da criação de um grupo de estudos e análise das avaliações externas do SADEAM a fim de promover formação continuada e em serviço além de oficinas de apropriação dos resultados a serem desenvolvidas junto ao corpo docente da escola. Assim, na próxima seção será apresentada, de forma detalhada, a proposta de ação para a apropriação e análise dos resultados do SADEAM direcionadas à equipe gestora do CETI ZN.

3.1 Descrição da proposta de ação para apropriação e análise das avaliações do SADEAM pela equipe gestora

Para promover qualquer ação ou forma de uso dos resultados das avaliações externas é preciso, primeiramente, conhecer de forma aprofundada importantes conceitos que envolvem o tema. A partir de uma boa base teórica, é possível instituir uma conexão direta entre teoria e prática mediadas pelo processo de ação-reflexão-ação do fazer pedagógico.

Diante disso, se propõe, neste PAE, a criação de um grupo de estudos e análise das avaliações externas no âmbito escolar voltados para a equipe gestora. Assim, este grupo de estudos e análise das avaliações externas seria responsável por trabalhar na escola a apropriação dos resultados do SADEAM junto aos professores, a partir de um conhecimento mais aprofundado sobre a temática.

A proposta aqui apresentada não tem a pretensão de ensinar métodos ou modelos prontos de como a equipe gestora deve realizar as formações e oficinas de apropriação dos resultados do SADEAM ao corpo docente, mas propor a esses profissionais, por meio de estudo e análise de dados das avaliações, que aprimorem seus conhecimentos para que possam desenvolver ações eficazes no que tange à utilização dos resultados do sistema de avaliação estadual junto aos professores. A proposta visa, contudo, formar uma equipe gestora coesa e preparada para atuar como multiplicadora para que esses dados sejam repassados e se materializem no contexto da sala de aula, a partir da melhoria dos resultados discente nos exames em larga escala.

O fato de utilizar os resultados das avaliações externas como instrumento para a melhoria da qualidade de ensino não significa deixar de lado ou mesmo ignorar o restante do processo de ensino-aprendizagem. Pelo contrário, significa o aprimoramento, a partir de dados e informações, embora parciais, sobre as condições da qualidade de ensino ofertadas na escola. Tendo em vista que a base para o bom desempenho nas avaliações está em um processo de ensino-aprendizagem eficaz. Assim, a avaliação não pode ser mais importante que a aprendizagem, e sim o reflexo de um processo de ensino organizado, com objetivo de fazer com que o aluno aprenda.

Dessa forma, o presente plano tem o propósito de desenvolver, na escola, um processo de formação contínua visando à melhoria do processo ensino-

aprendizagem ofertado na escola que se inicia com a apropriação dos resultados do SADEAM pela equipe gestora a partir de estudos e análise dos dados e informações. Em seguida, que se promova a formação e as oficinas apropriação dos resultados para o corpo docente, para que esse conhecimento seja utilizado pelos professores como ferramenta para aperfeiçoar sua prática pedagógica no cotidiano da sala de aula.

Conforme havíamos afirmado, anteriormente, a proposta de ação para a utilização e apropriação dos resultados do SADEAM está direcionada à equipe gestora, uma vez que, a partir do trabalho coletivo entre os membros que compõem a equipe, será possível implementar uma cultura de avaliação para que possam refletir na melhoria do desempenho discente nas avaliações em busca do aprendizado adequado almejando os níveis Proficiente e Avançado.

Em que pese os problemas enfrentados pelos profissionais da escola quanto ao uso e interpretação dos dados das avaliações do SADEAM, que vão desde demora da chegada dos resultados até as limitações sobre o entendimento da linguagem produzidas por elas, acreditamos que, mediante a adoção de uma sistemática de planejamento das ações associado ao esforço coletivo e dedicação dos profissionais que compõem a equipe gestora, será possível superar as adversidades no sentido de elevar a qualidade do trabalho docente na escola.

A intenção deste plano é institucionalizar a temática, na agenda de planejamento da escola, como ferramenta de apoio à gestão a partir de uma ação recorrente na busca pela melhoria das práticas pedagógicas e alcance de resultados satisfatórios. Além disso, visa incluir como ação permanente e contínua inserida no Projeto Político Pedagógico da escola. Assim, diante dos depoimentos coletados nas entrevistas, foi possível constatar que a equipe gestora não promove ações institucionalizadas através de estudo e/ou formação sobre o tema das avaliações externas no âmbito escolar, a não ser as formações promovidas no âmbito da Secretaria e Coordenadoria de Educação.

Desta forma, a proposta de implementação deste PAE configura-se através de cinco proposições voltadas para o estudo e análise dos resultados do SADEAM, assim definidas: i) reunião do gestor com o Núcleo Técnico Pedagógico para tratar da proposta de criação da equipe de estudo e análise das avaliações externas; ii) realização de estudos e análise de dados sobre a temática das avaliações externas pela equipe gestora; iii) realização de inventário de dados das

avaliações externas; iv) elaboração de metas de qualidade para elevar o desempenho e melhorar a participação dos alunos nas avaliações e; v) organização de calendário para realização de formação e oficinas de apropriação de resultados.

Para facilitar a compreensão da proposta, no sentido de tornar mais clara ao leitor, detalharemos como se dará cada uma das proposições que envolvem a implementação deste Plano de Ação Educacional (PAE).

Proposição I – Reunião com a equipe gestora para tratar da proposta de criação do grupo de estudos e análise das avaliações externas

No início do ano escolar, no período denominado de jornada pedagógica²⁰, o gestor deve reunir com o coordenador pedagógico, os apoios pedagógicos e os professores coordenadores de área para planejar as ações que envolvem a compreensão dos processos relacionados a apropriação das avaliações do SADEAM. Esse é o momento em que o gestor deve assumir seu protagonismo mostrando ser a liderança capaz de sensibilizar os demais profissionais da equipe gestora, fazendo-os entender que a avaliação externa pode e deve ser usada como importante instrumento capaz de auxiliar suas práticas pedagógicas e melhorar a qualidade de ensino ofertado na escola.

O objetivo deste encontro é justificar a necessidade de implementação da proposta de criação do grupo de estudos e análise das avaliações externas, ainda, teria a função de promover junto aos professores formação continuada em serviço e oficinas de apropriação dos resultados. Com isso, caberá ao gestor buscar a motivação e o envolvimento dos profissionais para a importância da criação deste grupo na escola com o intuito de proporcionar momentos de reflexão e debate sobre a temática das avaliações externas, mas precisamente sobre a apropriação dos resultados do SADEAM.

²⁰ Momento definido em calendário Escolar da Secretaria Estadual de Educação, sobretudo, para que as escolas organizem e planejem as ações e projetos que serão implementados no decorrer do ano letivo.

Proposição II - Realização de estudos e análise de dados sobre a temática das avaliações externas com a equipe gestora

Neste momento, a equipe gestora irá organizar um cronograma de estudo, uma vez que, para lidar com as avaliações externas, mais precisamente com o contexto que envolve o tema, é necessário a compreensão de termos específicos desta área de conhecimento. O que se pretende é viabilizar momentos de formação em que a equipe gestora se veja como protagonista no desenvolvimento e aperfeiçoamento de práticas pedagógicas e de gestão no âmbito escolar, visto que é a responsável pelos resultados da escola na avaliação estadual.

A sugestão seria que os encontros para estudos e análise dos dados das avaliações do SADEAM acontecessem 3 vezes na semana com duração diária de 3 horas, uma vez que, os membros da equipe gestora não exercem atividades diretas com os alunos em sala de aula, o que permite maior flexibilidade em relação ao horário para a realização dos estudos. Quanto ao período para a realização da ação, serão nos meses de fevereiro e março, organizados a partir de dois momentos. No primeiro momento, durante o mês de fevereiro, a equipe gestora deve priorizar o conhecimento sobre conceitos fundamentais relacionados à temática das avaliações externas, tais como: i) histórico das avaliações externas no Brasil; ii) consolidação de sistemas de avaliação nacionais e subnacionais; iii) desenho, estrutura e formato dos sistemas de avaliação nacional (SAEB) e estadual (SADEAM); iv) avaliações externas e qualidade de ensino, avaliações externas e currículo, v) uso das avaliações externas no contexto escolar.

Como forma de aprofundar o conhecimento sobre as avaliações externas de maneira específica é importante estabelecer um bom aporte teórico para assegurar a compreensão e o entendimento sobre o assunto. Para isso, sugerimos que a equipe gestora utilize como referência as concepções teóricas apontadas no segundo capítulo a partir das contribuições teóricas e posicionamentos de autores como Becker (2012), Bonamino e Souza (2012), Brooke e Cunha (2011), Silva (2013), Machado (2012), Machado e Alavarse (2014), Soligo (2010), Souza (2007); Sousa e Oliveira (2010), Vianna (2003), como fonte de informação sobre conteúdos relevantes que envolvem as avaliações em larga escala e as formas de utilização e apropriação dos resultados no contexto escolar.

Feito isso, no segundo momento, no mês março, a equipe gestora deve focar os estudos na interpretação e análise dos dados do SADEAM. Para tanto, o grupo de estudo deve se apropriar tanto das informações e dados disponíveis nas planilhas de resultados quanto nas revistas do SADEAM. As revistas são elaboradas pelo CAEd/UFJF e entregues para as escolas de forma impressa e encontram-se disponíveis, também, por meio eletrônico no ambiente virtual do sistema de avaliação. As revistas utilizadas para estudo e análise dos dados do SADEAM pela equipe gestora são: Revista do Sistema de Avaliação, Revista da Gestão Escolar e Revista Pedagógica.

A Revista do Sistema de Avaliação apresenta os resultados gerais do SADEAM por Coordenadoria Regional e Distrital de Educação (CRE/CDE) envolvendo o desempenho e participação dos alunos nas avaliações. Apresenta, ainda, discussões relacionadas à interpretação dos resultados, objetivos e metodologias da avaliação, informações sobre os padrões de desempenho, as matrizes de referência, a composição dos testes e as técnicas de análise adotadas proporcionando assim reflexões sobre a importância da avaliação externa estadual para a melhoria da qualidade do ensino. Além disso, a edição publica artigos com importantes discussões sobre as áreas de conhecimento avaliadas.

A Revista da Gestão Escolar é destinada, especificamente, à equipe gestora. Ela é composta pelos resultados gerais do SADEAM, relativos à participação dos alunos nas avaliações, pelas médias de proficiência obtidas e pelos resultados da escola, além de artigos e textos referentes à gestão escolar com o objetivo de auxiliar as atividades diárias do gestor.

Já a Revista Pedagógica foi criada para o (a) educador (a) com o propósito de oferecer informações que possam aprimorar o conhecimento sobre a avaliação educacional e, conseqüentemente, contribuir para aperfeiçoar sua prática docente em sala de aula. Voltada para interpretação dos resultados e análise pedagógica, a revista apresenta os principais elementos das avaliações promovidas pelo Estado, tais como a Matriz de Referência, Teoria de Resposta ao Item (TRI), Padrões de Desempenho e Níveis de Proficiência, além dos resultados da escola configurando-se como importante subsídio para reflexão e planejamento do trabalho pedagógico.

Como podemos perceber, as revistas representam importante fonte de informações para subsidiar os sujeitos que compõem a equipe gestora a

aprimorarem o conhecimento sobre o SADEAM com vistas ao aperfeiçoamento das práticas pedagógicas no contexto escolar.

Além das revistas e planilhas de resultados disponibilizados às escolas, pela Secretaria de Educação, a equipe gestora pode utilizar como fonte de estudo as informações e dados disponíveis no Portal da Avaliação do SADEAM. Neste ambiente virtual, encontram-se os resultados das avaliações a partir de 2011, como também importantes materiais destinados a gestores e coordenadores pedagógicos contendo oficinas de apropriação de resultados. Essas informações poderão servir de subsídio tanto para a elaboração do inventário de dados e metas de qualidade pela equipe gestora como também para o seu repasse aos professores por meio de formação continuada e oficinas, conforme veremos nas proposições a seguir.

Proposição III – Realização de um inventário de dados das avaliações externas.

Após a apropriação dos resultados do SADEAM através dos estudos e análise dos dados disponíveis nas planilhas de resultados e nas Revistas do Sistema de Avaliação, Revista da Gestão Escolar e Revista Pedagógica, o próximo passo a ser realizado pela equipe gestora, como ação integrante deste PAE, é a elaboração de um inventário de dados envolvendo os resultados de todas as escolas de educação em tempo integral do ensino médio da Rede Pública Estadual, localizadas em Manaus.

O propósito dessa ação, em produzir tabelas e gráficos a partir dos resultados das avaliações externas, é uma forma para que o CETI ZN possa se desvencilhar da dependência dos dados produzidos e disponibilizados pela Secretaria e Coordenadoria de Educação, sendo assim, poderá elaborar seu próprio material para os estudos e análise dos resultados do SADEAM.

Dessa forma, a equipe gestora levantaria os resultados a partir da edição de 2011 até a atual e montaria gráficos e/ou tabelas envolvendo os resultados específicos das escolas de tempo integral, analisando a evolução ou queda destes resultados pelas instituições. A partir disso, seria criado um banco de dados contendo as tabelas e/ou gráficos produzidos pela escola com o intuito de organizar as informações através do armazenamento dos referidos dados em arquivos de mídia. A ação deve acontecer na primeira quinzena do mês de abril.

É importante destacar que os dados levantados e produzidos por meio de gráfico e/ou tabelas servirão para serem discutidos e analisados durante as oficinas realizadas pela equipe gestora aos professores, uma das proposições sugeridas neste PAE.

Todo o processo que envolve o levantamento e elaboração de dados deverá ser realizado no laboratório de informática da escola para que os participantes, membros da equipe gestora, possam pesquisar as informações disponíveis no Portal da Avaliação, assim como, confeccionar os gráficos e/ou tabelas utilizando as ferramentas e programas apropriados para essa finalidade, como o processador de texto Word e o editor de planilhas Excel.

A ideia de produzir dados sobre o desempenho da escola e comparar com as demais instituições de educação em tempo integral do ensino médio tem o propósito de verificar como está a qualidade da educação ofertada no CETI ZN, em termos de proficiência no SADEAM. O objetivo não é estabelecer ranking entre as escolas, mas verificar como anda o desempenho comparando com instituições que apresentam características semelhantes em relação à modalidade de ensino em tempo integral. Além disso, identificar as escolas que, por ventura, apresentassem níveis de desempenho adequado (Proficiente e/ou Avançado) ou, até mesmo, evolução em termos de proficiência, a fim de trocar experiências e verificar que ações estão sendo fomentadas por elas para a melhoria de seus resultados.

Proposição IV – Elaboração de metas de qualidade para elevar o desempenho e melhorar a participação nas avaliações

Após o levantamento e análise dos dados, culminando com a elaboração de gráficos e tabelas sobre o desempenho do CETI ZN no SADEAM, a equipe gestora deve estabelecer metas de qualidade para melhorar o desempenho e participação dos alunos nas avaliações, tendo em vista os resultados da escola apresentados nesta pesquisa. Essas metas visam elevar a proficiência média, os níveis por padrões de desempenho e aumentar o percentual de participação discente nos exames. Tais metas seriam avaliadas e/ou revisadas a cada edição do SADEAM para que a equipe gestora possa acompanhar a melhoria nos níveis de proficiência dos alunos, além de serem incluídas no Plano de Gestão e PPP da escola. Essa ação também será realizada no laboratório de informática da escola e

deverá acontecer na primeira quinzena do mês de abril, paralelo à realização do inventário de dados.

Para ajudar na definição das metas de qualidade a partir da média de proficiência sugerimos que a equipe gestora realize a análise dos padrões de desempenho estudantil a partir dos intervalos da escala de proficiência, como mostra o Quadro 3 a seguir.

Quadro 3- Intervalos e Padrões de Desempenho da Escala de Proficiência em Geografia na 3ª série do ensino médio

INTERVALOS		PADRÕES DE DESEMPENHO
1ª Série	3ª Série	
Até 450 pontos	Até 500 pontos	Abaixo do Básico
De 450 a 550 pontos	De 500 a 600 pontos	Básico
De 550 a 650 pontos	De 600 a 700 pontos	Proficiente
Acima de 650 pontos	Acima de 700 pontos	Avançado

Fonte: Elaborada pelo autor com base na Revista Pedagógica SADEAM (2012 e 2014).

Como podemos observar, o Quadro 3 apresenta os quatro intervalos de desempenho previstos na Escala de Proficiência do SADEAM para a 1ª e 3ª séries do ensino médio em Geografia, divididos em quatro níveis ou padrões, assim distribuídos. Na 1ª série, até 450 pontos - Abaixo do Básico; de 450 a 550 pontos - Básico; de 550 a 650 pontos - Proficiente e; acima de 650 pontos – Avançado. Na 3ª série, até 500 pontos – Abaixo do Básico; de 500 a 600 pontos – Básico; de 600 a 700 pontos – Proficiente e; acima de 700 pontos – Avançado. É importante atentar-se, ao realizar a análise das informações, os intervalos na Escala de Proficiência em Geografia da 3ª série do ensino médio apresenta uma diferença de acréscimo de 50 pontos em relação à 1ª série.

A realização da análise a partir dos intervalos e padrões de desempenho na escala de proficiência permitirá a equipe gestora verificar em quais padrões de desempenho os alunos estão agrupados além da pontuação que a turma precisa alcançar para evoluir aos níveis desejados. Para isso, a média de proficiência deve ser alocada observando sempre o intervalo correspondente da Escala de Proficiência.

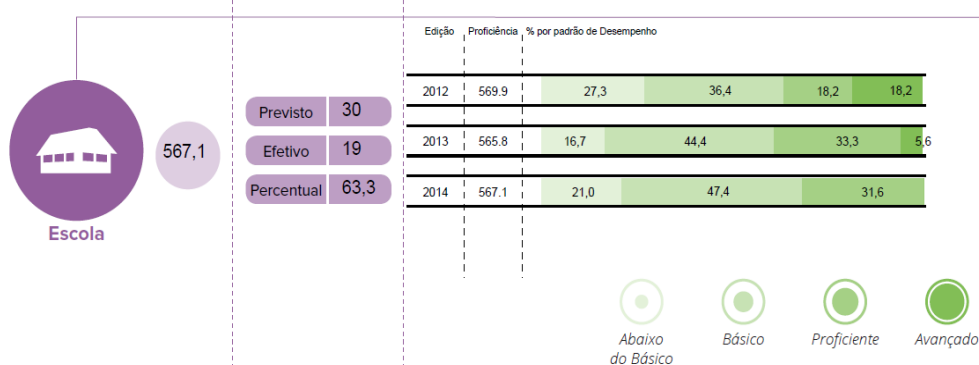
Para melhor exemplificar o que se propõe, levando-se em conta os dados do SADEAM apresentados no primeiro capítulo (Tabela 2) baseados no desempenho discente na disciplina de Geografia na etapa do ensino médio, podemos constatar que em 2012, a média de proficiência na 1ª série, foi de 528,5 pontos. Na 3ª série essa média foi de 567,1 pontos. Tais valores classificam os alunos de ambas as séries no padrão de desempenho Básico. Com base nesses resultados, juntamente com as informações contidas no quadro 3 é possível verificar quantos pontos são necessários para que os alunos alcancem níveis de desempenho mais elevados como os padrões Proficiente e Avançado e com isso definir as metas de qualidade a serem alcançadas.

Vale ressaltar, que tanto as informações sobre os intervalos e padrões de desempenho da escala de proficiência extraído da revista pedagógica quanto a disciplina analisada como referência, apresentadas no Quadro 3, podem ser utilizadas para todas séries, turmas e disciplinas avaliadas pelo SADEAM.

No que tange às metas de qualidade para elevar os níveis por padrões de desempenho, como sugestão deste plano de ação, a equipe gestora pode analisar os boletins com os resultados dos alunos no SADEAM disponíveis tanto no Portal da Avaliação como nas Revistas Pedagógicas.

A figura 1, a seguir, mostra resultado dos alunos da 3ª série do ensino médio em Geografia, apresentando a proficiência média, participação e a evolução do percentual de alunos por padrão de desempenho das edições de 2012, 2013 e 2014 do SADEAM.

Figura 1- Resultado do CETI ZN da 3ª série do ensino médio em Geografia (2014)



Fonte: AMAZONAS, 2014c.

Através da análise e interpretação desses dados é possível estabelecer duas importantes metas de qualidade: o aumento dos percentuais por padrão de desempenho e a participação dos alunos nas avaliações do SADEAM.

De acordo com os dados sobre a distribuição do percentual por padrão de desempenho apresentados na Figura 1, na edição de 2012 do SADEAM, o percentual de alunos nos padrões Proficiente e Avançado foi 36,4%. No ano seguinte, na edição de 2013, esse valor aumentou para 38,9%. Já na edição de 2014, esse percentual caiu para 31,6%, sendo que nenhum aluno atingiu o nível avançado neste ano. Por meio desses percentuais é possível concluir que os alunos encontram-se distribuídos nos padrões Abaixo do Básico e Básico, considerados os mais baixos da escala de proficiência. Assim, o que se propõe é que se estabeleçam metas para que os padrões mais elevados considerados mais apropriados apresentem percentuais superiores na escala de proficiência do sistema de avaliação estadual.

A outra meta de qualidade, sugerida neste PAE, se refere ao percentual de participação dos alunos nas avaliações que seria estipulada com base no número de alunos previstos, efetivos e o percentual de participação, apresentados também na Figura 1. A ideia é aumentar a participação discente definindo percentuais superiores a cada edição do SADEAM de modo a garantir maior representatividade dos alunos nos testes.

O objetivo, contudo, de propor a elaboração de metas de qualidade para a equipe gestora é para que os alunos possam, a cada edição do SADEAM, aumentar o percentual de participação nos testes, concomitantemente, à melhoria da proficiência, atingindo padrões de desempenho adequados nas avaliações em larga escala promovidas pelo estado.

Vale ressaltar, que a proposta para elaboração das metas de qualidade apresentadas neste PAE não têm a pretensão de apontar estratégias para alcance de bons resultados em termos de desempenho e participação discente nas avaliações do SADEAM, mas sim, aprimorar as ações quanto ao uso e análise dos dados no contexto escolar. Tendo em vista que tais estratégias deverão ser definidas de forma coletiva entre a equipe gestora e professores durante as formações e oficinas de apropriação dos resultados do SADEAM, conforme apresentado na proposição a seguir.

Proposição V - Elaboração de calendário para realização de formação e oficinas de apropriação de resultados.

Após a realização de estudo, elaboração de inventário de dados e metas de qualidade envolvendo as avaliações externas do SADEAM, cujo objetivo maior é adquirir um conhecimento mais aprofundado e específico sobre a temática, a equipe gestora deve construir calendário de encontros formativos para os professores envolvendo a realização de oficinas de apropriação de resultados. Esse é o momento em que a equipe gestora irá atuar como multiplicadora do conhecimento absorvido a partir do estudo e análise dos dados do SADEAM.

Sugerimos que haja a promoção de momentos de discussão entre os membros da equipe gestora acerca da elaboração do calendário de formações e oficinas de apropriação dos resultados do SADEAM a serem desenvolvidas na própria escola, pelo menos duas vezes ao ano, sendo uma em cada semestre. Entre as pautas de discussão para construção do calendário estão: os principais conceitos abordados, a definição do período (início e término) das formações, o local (ambiente físico) para a realização do estudo e os recursos e/ou materiais utilizados.

Quanto as formações dos professores, a equipe gestora deve embasar-se nos conteúdos e materiais utilizados durante o estudo e análise dos dados realizados nos meses de fevereiro e março, conforme descrito da proposição II deste PAE, nos quais serão apresentados e problematizados os resultados e metas de qualidade do SADEAM a fim de se estabelecer estratégias para seu alcance.

Em relação aos conteúdos a serem trabalhados nas oficinas, a equipe gestora deveria priorizar aqueles dos quais os professores apresentam maiores dificuldades. Desse modo, entre os temas abordados, sugerimos a elaboração de Itens, identificado na pesquisa como sendo uma das dificuldades de compreensão por parte dos docentes. Para tanto, a equipe gestora poderá utilizar como referencial teórico o Guia de Elaboração de Itens. Neste Guia são apresentados os critérios a serem observados para elaboração de itens, as recomendações técnicas e pedagógicas e as atividades práticas para elaboração de itens²¹. Quanto aos recursos e/ou materiais utilizados para a realização das formações propomos que

²¹ Os materiais sobre a elaboração de itens encontram-se disponíveis no portal do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE), do estado de Minas Gerais (MG), cujo o endereço eletrônico é: <<http://www.simave.caedufjf.net/proeb/guia-de-elaboracao-de-itens/>>.

sejam os da própria escola, uma vez que a instituição conta com importantes recursos tecnológicos, tais como computadores com acesso à internet, impressora, datashow e máquina de xerox.

No Quadro 4 a seguir, será apresentado uma síntese das ações a serem implementadas incluindo cada uma das proposições sugeridas, as ações a serem colocadas em prática, seus objetivos, seus responsáveis, os prazos de execução, o lugar e o custo. Vale ressaltar, que em função do local da proposta de implementação deste PAE ser a escola pesquisada este item não será apresentado nesta síntese.

Quadro 4- Síntese das ações a serem desenvolvidas para a implementação do Plano de Ação Educacional (PAE)

AÇÃO	OBJETIVO	QUEM?	QUANDO?	ONDE?	CUSTO
Proposição I - Reunião com a equipe gestora para tratar da proposta de criação do grupo de estudo sobre as avaliações externas	Discussão com o Núcleo Técnico Pedagógico sobre a criação do grupo de estudo e análise das avaliações do SADEAM.	Gestor Escolar	Início do ano escolar (Jornada Pedagógica).	Sala de Reunião.	Zero
Proposição II - Realização de estudos e análise de dados sobre a temática das avaliações externas	Organização do cronograma e conteúdos para estudo e análise das avaliações do SADEAM.	Equipe Gestora	Fevereiro e Março.	Sala de Reunião e Laboratório de Informática.	Zero
Proposição III - Realização de inventário de dados das avaliações externas do SADEAM	Levantar dados-para elaboração de gráficos e/ou tabelas com os resultados das escolas de tempo integral.	Equipe Gestora	Primeira quinzena de Abril.	Laboratório de Informática.	Zero
Proposição IV - Elaboração de metas de qualidade para elevar o desempenho e melhorar a participação dos alunos nas avaliações	Definição das metas de qualidade da proficiência média, padrões de desempenho e percentual de participação discente no SADEAM.	Equipe Gestora	Primeira quinzena de Abril.	Laboratório de Informática.	Zero
Proposição V - Organização de calendário para realização de formação e oficinas de apropriação de resultados	Construção do calendário para a realização de formação e oficinas de apropriação de resultados.	Equipe Gestora	Segunda quinzena de abril.	Sala de Reunião.	Zero

Fonte: Elaborada pelo autor.

As ações propostas neste PAE, visam, sobretudo, estabelecer o aprimoramento dos processos de utilização e apropriação das avaliações externas do SADEAM, por meio da criação de um grupo de estudos e análise dos resultados, de modo que os propósitos das avaliações se tornem mais claros ao gestor, pedagogos, professores e demais segmentos da comunidade escolar. É importante destacar que, as ações aqui propostas não pretendem transformar as avaliações externas no instrumento maior do processo de ensino-aprendizagem, mas fazer delas uma importante ferramenta, aliada das práticas pedagógicas, para análise da qualidade de ensino ofertada na escola.

REFERÊNCIAS

AMARAL, J. C.; ANDRADE, T. R. A.; SANTOS, J. A. F. **Programa Escola Integrada em Belo Horizonte**: possibilidade de um estudo de caso. Casos de Gestão: políticas e situações do cotidiano educacional brasileiro. FADEPE, Vol. I, Juiz de Fora (MG): 2013.

AMAZONAS. **Lei nº 1.596, de 05 de janeiro de 1946**. Manaus: 1946.

AMAZONAS. **Lei nº 12 de 09 de maio de 1953**. Manaus: 1953.

AMAZONAS. **Lei nº 65, de 21 de julho de 1953**. Manaus: 1953.

AMAZONAS. **Lei nº. 108, de 23 de dezembro de 1955**. Revogada pelo art. 8º da Lei nº 2.211/1993 e art. 10 da Lei nº 2.371/1995. Reorganiza as Secretarias de Estado e dá outras providências. Manaus, 1955.

AMAZONAS. **Lei nº 2.032, de 02 de maio de 1991**. Dispõe sobre a reorganização da Administração do Estado. Republicada no Diário Oficial do Estado do Amazonas. Número 27.224, de 03 de junho de 1991. Manaus, 1991.

AMAZONAS. **Lei nº 8.113, de 24 de julho de 1991**. Manaus: 1991.

AMAZONAS. **Lei nº 2.600, de 04 de Fevereiro de 2000**. Dispõe sobre a Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC/AM. Manaus, 2001.

AMAZONAS. **Lei nº 3.268, de 07 de julho de 2008**. Aprova o Plano Estadual de Educação do Amazonas (PEE-AM). Manaus, 2008.

AMAZONAS. **Lei nº 3.279, de 22 de julho de 2008**. Dispõe sobre o Programa de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica. Diário Oficial do Amazonas. Seção: Poder Executivo. Número 31.390. Ano CXIV.

AMAZONAS, **Portaria do Gabinete do Secretário (GSE) nº 2636/2008**. Diário Oficial do Estado do Amazonas, 26 set. 2008. Seção: Poder Executivo, p. 23.

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino (SEDUC/AM). **Resolução nº 112/2008 de 20 de outubro de 2008**. Dispõe sobre o Projeto Escola de Tempo Integral. Manaus, 2008.

AMAZONAS. **Decreto nº 28.164, de 17 de dezembro de 2008**. Regulamenta o Prêmio de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica, e o Prêmio Escola de Valor e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Amazonas. Seção: Poder Executivo. Número 31.491. Ano CXIV.

AMAZONAS. **Decreto nº 29.840, de 12 de abril de 2010.** Manaus. SEDUC-AM, 2010.

AMAZONAS. CEE/AM. **Resolução nº 17, de 15 de março de 2011.** Dispõe sobre a operacionalização do Projeto de Educação em Tempo Integral elaborado pela SEDUC/AM para todas as escolas da rede pública. Manaus: 2011.

AMAZONAS. **Decreto nº 3.642, de 26 de julho de 2011.** Altera na forma que especifica, a Lei Delegada nº 78, de 18 de maio de 2007 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Amazonas. Seção: Poder Executivo. Número 32.122. Ano CXVII.

AMAZONAS. **Decreto nº 31.487, de 02 de agosto de 2011.** Altera na forma que especifica, o Prêmio de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica, e o Prêmio Escola de Valor e Modifica a Legislação correspondente e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Amazonas. Seção: Poder Executivo. Número 32.127. Ano CXVII.

AMAZONAS. **Proposta Pedagógica das Escolas da Rede Estadual de Ensino de Educação em Tempo Integral.** Manaus, 2011.

AMAZONAS. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino. **SADEAM – 2011.** Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 1 (jan/dez. 2011), Juiz de Fora, 2011 – Anual.

AMAZONAS. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino. **SADEAM – 2013.** Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 1 (jan/dez. 2013), Juiz de Fora, 2013 – Anual.

AMAZONAS. **Lei nº 3.951, de 04 de novembro de 2013.** Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos servidores da SEDUC, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Amazonas. Seção: Poder Executivo. Número 32.673. Ano CXIX.

AMAZONAS. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino. **Edital 001/2014 da SEDUC/AM.** Referente ao Processo Seletivo para o ingresso nas escolas estaduais de Tempo Integral da rede pública do Amazonas. Manaus: 2014.

AMAZONAS. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino. **SIGEAM.** Manaus: 2014. Disponível em: < <http://sigeam.prod.am.gov.br/> >

AMAZONAS. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino. **Projeto Político Pedagógico do Centro de Educação de Tempo Integral - ZN.** Manaus: 2014.

AMAZONAS. **Instrução Normativa nº 002/2014/SEDUC, de 02 de outubro de 2014.** Diário Oficial do Estado do Amazonas. Seção: Publicações Diversas. Número 32.898. Ano CXX.

AMAZONAS. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino. **SADEAM – 2014.** Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 1 (jan/dez. 2014), Juiz de Fora, 2014 – Anual.

AMAZONAS. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino. **SIGIAM.** Manaus: 2015. Disponível em: < <http://sigiam.prod.am.gov.br/> >

BECKER, Fernanda da Rosa. Avaliações externas e ensino fundamental: do currículo para a qualidade ou da qualidade para o currículo? **Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, 2012. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55124841004>> Acesso em: 02/12/2014.

BLASIS, Heloisa de. Avaliações em larga escala: contribuições para a melhoria da qualidade na educação. In: **Cadernos Cenpec.** São Paulo, v.3, n., p.251-268, jun. 2013.

BONAMINO, Alícia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988: Senado Federal.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB). **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Ensino Fundamental. Ministério da Educação (MEC), 1997.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, 1999.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Ensino Médio. Ministério da Educação (MEC), 2000.

BRASIL. **Lei Nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: 2001.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006.** Cria o FUNDEB. Brasília: 2006.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007.** Brasília: 2007.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.** Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília, 2007.

BRASIL. **Lei 11.494, de 20 de junho de 2007.** Dispõe sobre o FUNDEB. Brasília: 2007.

BRASIL. **Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007.** Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB, regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Brasília: 2007.

BRASIL. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.** Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília: 2008.

BRASIL. **Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010.** Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Brasília: 2010.

BRASIL. **Portaria nº 873, de 01 de julho de 2010.** Aprova a Resolução da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade para o exercício de 2011. Brasília: 2010.

BRASIL. **Manual Operacional da Educação Integral.** MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Dispõe sobre o PNE. Brasília, 2014.

BROOKE, Nigel & CUNHA, Maria Amália de A. A avaliação externa como instrumento de gestão educacional nos estados. **Estudos & Pesquisas Educacionais**, São Paulo, Fundação Victor Civita, n. 2, nov. 2011.

CHUEKE, G. V; LIMA, M. C. Pesquisa Qualitativa: evolução e critérios. **Revista espaço acadêmico**, nº 128, ano 2012. Disponível em:

<www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/.../8511> Acesso em: 05 ago. 2015.

COSTA, D. M. Avaliação em larga escala: uma contribuição da organização docente. **Revista Pesquisa e Debate em Educação** – Programa de Pós Graduação Profissional / Gestão e Avaliação da Gestão Pública / UFJF, V. 2, n. 1 (jan./jun. 2012) Juiz de Fora: 2012.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar: Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

ESQUINSANI, R. S. S. Sistema de Avaliação da Educação Básica: algumas repercussões na produção científica nacional. **Revista Pesquisa e Debate em Educação** – Programa de Pós Graduação Profissional / Gestão e Avaliação da Gestão Pública / Juiz de Fora: UFJF, v. 2, n. 2 jul./dez. 2012.

FERNANDES, Reynaldo; GREMAUD, Amaury. Qualidade da educação: avaliação, indicadores e metas. In: VELOSO, F. et al. (Orgs.). **Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS; FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. Relatório Final. **Uso da avaliação externa por equipes gestoras e profissionais docentes**: um estudo em quatro redes de ensino público. São Paulo: 2012. Disponível em: http://www.fundacaoitausocial.org.br/_arquivosstaticos/FIS/pdf/pesquisa_fis_fcc.pdf. Acesso em: 10 de fevereiro de 2015.

MACHADO, Cristiane. Avaliação externa e gestão escolar: reflexões sobre usos dos resultados. **Revista @mbienteededucação**. São Paulo, p. 70-82, jan/jun, 2012.

MACHADO, M. C. S.; MIRANDA, J. B. Autonomia e Responsabilização: um desafio para gestão escolar. **Revista Pesquisa e Debate em Educação** – Programa de Pós Graduação Profissional / Gestão e Avaliação da Gestão Pública / Juiz de Fora: UFJF, v. 2, n. 2, jul./dez. 2012.

MACHADO, Cristiane; ALAVARSE, Ocimar Munhoz. Qualidade das Escolas: tensões e potencialidades das avaliações externas. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 413 – 436, abr./jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-62362014000200005&script=sci_arttext. Acesso em: 8 Ago. 2015.

PAULA, Kelmer Esteves de. **Avaliação da Educação Básica: uso dos instrumentos e dos resultados**. Casos de Gestão: políticas e situações do cotidiano educacional. Juiz de Fora: Projeto CAED – FADEPE/JF, v. I, 2014.

PEREGRINO, M. **Trajetórias desiguais** – Um estudo sobre os processos de escolarização pública de jovens pobres. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

POLON, Telma Lúcia Pinto. **Identificação de perfis de liderança e características relacionadas à gestão pedagógica eficaz nas escolas participantes do Projeto Geres: estudo longitudinal geração escolar 2005** – pólo Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

PONTES, Luís Antônio Fajardo. **Reflexão estratégica segundo o marco teórico dos sistemas de avaliação de desempenho** – SADS. Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP)/CAEd/UFJF, 2015.

SILVA, N. S.; ANDRADE, T. R. A.; SANTOS, J. A. F. **A gestão escolar do Programa Escola Integrada de Belo Horizonte**: um estudo de caso na região de Venda Nova. Casos de Gestão: políticas e situações do cotidiano educacional brasileiro. FADEPE, V. I, Juiz de Fora (MG): 2013.

SILVA, Roberto Cláudio Bento da. **Apropriação dos Resultados do SPAECE pelos Gestores Escolares**: Um Estudo de Caso Envolvendo duas Escolas do Interior do Ceará. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

SILVA, Vandrê Gomes; GIMENES, Nelson Antonio Simão. **Uso da Avaliação Externa por Equipes Gestoras e Profissionais Docentes: Um Estudo em Quatro Redes de Ensino Público (Relatório Final)**. 2012. Disponível em: http://www.fundacaoitausocial.org.br/_arquivosstaticos/FIS/pdf/pesquisa_fis_fcc.pdf> Acesso em: 06 mai. 2014.

SILVA, Vandrê Gomes da. **Uso de Avaliações em larga escala em âmbito escolar**. FCC e Fundação Itaú Social. 36ª Reunião Nacional da ANPEd. Goiânia – GO, 2013. Disponível em: 36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos.../gt14_3264_resumo.pdf. Acesso em: 6 ago. 2015.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Alfabetização e Educomunicação** - O papel dos meios de comunicação e informação na educação de jovens e adultos ao longo da vida. Usp, 2002. Disponível em: <<http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/89.pdf>> Acesso em: 13 set. 2015.

SOLIGO, V. ; Possibilidades e desafios das avaliações em larga escala da Educação Básica na Gestão Escolar. **Política e Gestão Educacional (Online)** , v. 8, p. 1-15, 2010. Disponível em: http://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/CienciasdaEducacao/RevistaEletronica/1_Possibilidades_e_Desafios_Valdecir_Soligo.pdf. Acesso em: 12 ago. 2015.

SOUSA, Sandra Zákia & OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, pp. 793-822, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=> Acesso em 8. Mai. 2015

SOUZA, Ângelo Ricardo de. **As relações entre os resultados da avaliação e os modelos de gestão escolar**. (2007). Disponível em: www.intermeio.ufms.br/ojs/index.php/intermeio/article/download/.../128. Acesso em: 5 Ago. 2015.

VIANNA, Heraldo. Fundamentos de um programa de avaliação educacional. **Estudos em avaliação educacional**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 28, p. 23-38 jul-dez/2003.